

ACTA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2010

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, pelas nove horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 1.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Srs. deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa respectivamente 1º e 2º secretário da referida Mesa.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O Sr. presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, registando-se as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Toste Parreira, António Toledo Alves, Cristina Margarida Alves de Sousa, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, Irina dos Santos Mendes Pimentel, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Carlos Pontes dos Santos, José Gabriel Pimentel da Silva, José Guilherme Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Henrique Assis Ferreira, Maria de Fátima Viveiros Cordeiro, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Jorge Henrique Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Luís Paulo Oliveira Pimentel Carneiro, Maria Antonieta Bettencourt do Canto, Rómulo de Ficher Correia.

Do CDS-PP

Maria Eduarda Ferreira de Borba, José Alberto Moniz Borges, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Da Câmara Municipal

Andreia Martins Cardoso da Costa, António Lima Cardoso Ventura, Artur Manuel Leal Lima, Fernando Francisco de Paiva Dias, Francisco Cota Rodrigues, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

O Sr. presidente da Mesa informou que a acta da Reunião anterior ainda não estava concluída, apontando como razão a baixa prolongada da assistente administrativa que secretariava a Assembleia, desejando-lhe as melhores e o regresso ao trabalho o mais brevemente possível, para ajudar a suprir essas deficiências.

Quanto ao expediente, deu conhecimento de um ofício da Secretaria Regional da Saúde, em resposta a uma Recomendação da Assembleia Municipal, onde o Sr. Secretário informava que a designação do novo Hospital se manteria como “*Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira*”.

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

O Sr. presidente da Mesa, depois de confirmar a inscrição do munícipe Paulo Mendes, concedeu-lhe a palavra para fazer uma intervenção ou um pedido de esclarecimento sobre questões relacionadas com a educação, cultura e urbanismo.

O munícipe Dr. Paulo Mendes, previamente inscrito nos termos regimentais, saudou o Sr. presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes, referindo que trazia quatro pedidos de esclarecimento:

- Relacionado com o programa experimental de filosofia para crianças, em sua opinião e na de muitas pessoas um programa válido, que a Secretaria Regional de Educação e Formação deixara de apoiar, pelo menos financeiramente, desejou saber se a Câmara Municipal de Angra, considerando as responsabilidades que detinha sobre as escolas do 1º Ciclo, tencionava, no futuro, apoiar aquele programa de filosofia para crianças.
- Uma segunda questão tinha a ver com a qualidade da calçada de Angra, já que na última reunião da Assembleia Municipal teve a oportunidade de assistir a uma discussão bastante interessante sobre a qualidade da mesma, na cidade.

Parecendo-lhe consensual que a qualidade da referida calçada não seria a melhor e não sendo uma ideia nova, pretendeu saber se a Câmara Municipal alguma vez considerara a possibilidade de formar calceteiros.

- A terceira questão tinha a ver com a zona da Silveira, dado que, no Plano para 2010, não notara a intenção de se proceder a qualquer tipo de intervenção naquela área da cidade, pelo menos no respeitante a parques de estacionamento, pelo que gostaria de saber se a CMAH tencionava aumentar o existente ou construir mais algum parque de estacionamento na referida zona, dado que na altura do verão, graças à zona balnear, se verificava grande procura e por vezes as pessoas se sentiam obrigadas a estacionar os automóveis em lugares não permitidos.
- Por último, desconhecendo se o assunto já havia sido esclarecido, porque não tivera a oportunidade de ver ou ouvir na Comunicação Social, pretendeu saber qual o montante do apoio financeiro da CMAH a prestar à Feira Taurina 2010, sendo que, ao que constava, o seu custo global ascenderia a trezentos e oitenta mil euros.

A Sra. presidente da Câmara, saudando os presentes, começou por dizer que, quanto ao programa experimental de filosofia para crianças, como sabido, as competências da autarquia ao nível da educação do 1º Ciclo apenas se resumiam às estruturas físicas e não aos programas curriculares.

Apesar das preocupações em disponibilizar um conjunto de actividades alternativas às crianças, entre as quais a “*ciência divertida*”, em vigor já há alguns anos, a “*matemática a brincar*”, iniciada no corrente ano lectivo, e, ainda, resultante de um protocolo com a Oficina de Angra, a componente de artes a dispensar a algumas crianças do 1º Ciclo, com prioridade para as crianças do norte e noroeste da ilha, por se confrontarem com um acesso mais difícil aos serviços disponibilizados pela Oficina de Angra do que as da zona da cidade, desconhecia as razões que levaram a Secretaria da Educação a retirar o apoio ao referido programa experimental.

Quanto à calçada e à formação de calceteiros, a autarquia mantinha uma grande preocupação, sobretudo no Centro Histórico, por se tratar de uma calçada mais trabalhosa e a requerer conhecimentos mais específicos, podendo, pelo trabalho desenvolvido no jardim público, concluir-se que dispúnhamos de verdadeiros artistas calceteiros capazes de dar formação, conforme atestava a recente proposta de um particular que desejava avançar com esse tipo de formação para aquele tipo de profissionais, disponibilizando a Câmara os recursos possíveis para esse efeito.

Quanto à zona da Silveira, integrada num programa de requalificação das zonas balneares, fora alvo o ano passado de uma grande intervenção, ficando ainda por resolver a questão do estacionamento, apesar das conversações encetadas com a Universidade dos Açores com vista à possível utilização do parque de estacionamento do pólo do Pico da Urze pelo lado da via circular à cidade.

Sobre a participação camarária na Feira Taurina integrada nas Sanjoaninas, integrava o bolo global geral de 400 000,00 euros a disponibilizar para aquelas festividades, não se destinando aquela verba especificamente a esta ou àquela actividade, mas sim a cobrir, nas diversas componentes, as insuficiências do financiamento de cada uma delas.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

A Sra. d.m. Carla Bretão, face à recente assinatura de um protocolo entre a Câmara e a Associação Cultural Angrense (ACA), solicitou, em nome do grupo municipal do PSD, alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, conforme tornado público, naquele protocolo assumia-se a atribuição de apoios com vista à regularização de saldos negativos acumulados resultantes da organização das Festas Sanjoaninas, num montante aproximado de 1,5 milhões de euros, para além de se constituir como garante de um empréstimo a celebrar entre a ACA e a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH), durante um período de 10 anos, sendo que as verbas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH) seriam directamente transferidas para a conta associada àquele empréstimo.

Para além disso, como todos sabíamos, a CMAH, para além de constituir o suporte das Sanjoaninas e de nomear os seus presidentes, assumia-se, desde a cerimónia de abertura, como anfitriã. Sabíamos também que a ACA surgira no ano 2000, como um meio de fornecer os apoios atribuídos às Sanjoaninas.

Feita aquela nota prévia, parecia muito claro estar-se perante um empréstimo da Câmara Municipal via ACA e, mais grave ainda, perante um indesculpável desrespeito à

Assembleia Municipal, uma vez que, tratando-se de um compromisso repartido por mais de um mandato autárquico, merecia da parte daquele órgão validação obrigatória, parecendo ainda desrespeitado o estipulado no artigo 53º da Lei de Competências dos Órgãos dos Municípios, pela falta de clarificação dos elevados montantes em jogo, competindo, face às omissões cometidas perante aqueles órgãos em particular e os angrenses em geral, o cabal esclarecimento por parte da Sra. Presidente da Câmara, discriminando todas as despesas afectas àquele montante, como forma de não colocar em causa todas as pessoas que durante vários anos contribuíram com o seu voluntariado para as festas.

A Sra. Presidente da Câmara começou por referir que na reunião de Câmara respectiva fora dito que, se tal fosse o entendimento legal, o protocolo em causa deveria ser presente à Assembleia Municipal, o que acabara por não suceder, por esse não ter sido o entendimento.

Revelando a Sra. d.m. Carla Bretão conhecimento do documento, por citar parte do seu conteúdo, explicou que o documento era simplesmente o que acabara de transmitir: um protocolo estabelecido entre uma entidade pública, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e uma entidade privada, a Associação Cultural Angrense, no sentido de atribuir um apoio àquela instituição no valor global de 1,5 milhões de euros pelo período de 10 anos, visando esse apoio, por parte da instituição, uma regularização de saldos negativos acumulados resultantes da organização das Sanjoaninas durante os últimos anos.

Também tivera oportunidade, nos esclarecimentos públicos que formulara sobre aquela matéria, de dizer que, como forma de respeitar todas as pessoas envolvidas, ficaria assegurado que passaria a constituir um assunto exclusivamente institucional e não pessoal, residindo, em sua opinião, naquele facto, um dos grandes méritos da solução encontrada.

Para além disso, apesar da insinuação de que se tratava de um endividamento da autarquia, conviria atentar-se que, em boa verdade, haviam sido os órgãos de uma instituição privada a contraírem um empréstimo junto da Caixa Económica da Misericórdia, com base num protocolo merecedor de parecer favorável da Direcção Regional da Organização e Administração Pública (DROAP), visando colocar um ponto final num problema que se arrastava ao longo dos últimos anos, transferindo, a partir de 2009, a componente financeira das festas para a CULTURANGRA, assegurando aquela empresa municipal que todos os saldos negativos acumulados fossem devidamente pagos.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves começou por estranhar que, tendo a assinatura do protocolo em causa ocorrido dez dias após a sessão de Dezembro da Assembleia Municipal, a Câmara não dispusesse já nessa altura de alguma informação para avançar, face ao pedido formulado para o efeito.

Por outro lado, dado a envolvimento do assunto em causa e do protocolo estabelecido, a Câmara poderia muito bem ter feito um comunicado formal ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao que se estava a passar, porque, ao fim e ao cabo, fora aquela entidade e não a ACA quem dera a cara por aquele processo.

Independentemente de não constituir obrigação legal, tratava-se de algo que julgava importante e merecedor de toda a consideração, até porque a Câmara aprovara, havia poucos dias, uma proposta do CDS-PP no sentido de se deliberar sobre os orçamentos da Culturangra, das Sanjoaninas e também de dar conhecimento desses orçamentos à

Assembleia Municipal, julgando que, dentro desse espírito de trabalho e de cooperação, só teria ficado bem à Câmara ter colaborado e participado essas informações à Assembleia Municipal.

Dizer que os membros da Assembleia tiveram acesso ao protocolo pela rua de S. João, pela rua do Galo, ou pela rua do Marquês, com o devido respeito, não colhia, por se tratar de uma questão a resolver institucionalmente e não pela via partidária, o que, a verificar-se, enquadrar-se-ia perfeitamente no espírito de transparência pretendido para as contas das festas, por todas as razões que já foram aqui aduzidas, quer pela Sra. d.m. Carla Bretão, quer pela Sra. Presidente da Câmara.

Adiantou ainda três pequenas notas em relação a outros tantos assuntos para os quais desconhecia se a Câmara já dispunha de algumas soluções à vista.

O primeiro relacionado com algumas das floreiras da rua da Palha a merecerem atenção, por se encontrarem cheias de ferrugem e a manchar a calçada.

Um outro aspecto tinha a ver com a falta de luz natural na Oficina d'Angra, por via do estacionamento dos carros em frente ao edifício, podendo resolver-se tal dificuldade com a colocação de um bilro ou a proibição de estacionamento, retirando dois lugares que pouca falta faria à capacidade de estacionamento na cidade.

Uma terceira questão dizia respeito aos novos cinzeiros/baldes de lixo recentemente instalados, os quais, apesar de esteticamente interessantes, se revelavam demasiado pequenos, bloqueando-se totalmente com apenas uma garrafa de água, não deixando alternativa às pessoas, por inexistência de outros tipos de recipientes.

A Sra. Presidente da Câmara, afastando a intenção de qualquer desrespeito, prontificou-se a fazer chegar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal uma cópia do Protocolo estabelecido com a ACA, não o tendo feito ainda por pensar que seria já do conhecimento de todos.

Registando o problema apontado sobre a “Oficina d'Angra”, quanto às floreiras da rua da Palha, tratava-se de uma iniciativa do Eng. Lourenço, proprietário de um estabelecimento comercial, que colocara aquele tipo de mobiliário urbano na rua, decorrendo com aquele comerciante conversações com vista à retirada dos equipamentos em causa, por possuírem uma forma e volumetria esteticamente inadequadas, para além de dificultarem o acesso a viaturas de emergência naquele troço da via.

Quanto aos cinzeiros/papeleiras, apesar de, como se inferia pelo nome, não se tratarem de depósitos de garrafas, reconheceu dificuldades iniciais na sua utilização, entretanto ultrapassadas.

Revelando uma acentuada eficácia estética, pela sua reduzida volumetria, a colocação em maior número veio de encontro às necessidades dos fumadores, que agora se viam privados da possibilidade de fumarem em recintos fechados, minimizando paralelamente o trabalho dos funcionários camarários na difícil tarefa de apanha das beatas nos interstícios das calçadas, tarefa executada com uma pinça, por se ter concluído desaconselhável o uso de aspirador que, para além das beatas, também sugava os inertes de fixação das pequenas pedras da calçada.

O Sr. Presidente da Mesa, antes de conceder a palavra ao Sr. deputado Guilherme Melo, disse que a Mesa não se sentia desrespeitada pelo facto da Sra. Presidente não ter enviado o documento à Assembleia, já que a tal não se achava obrigada.

Lembrou também os Srs. e as Sras. deputadas que, sempre que entendeu que a Assembleia não estava a ser devidamente tratada, nunca tivera problemas em dizê-lo e por vezes até de forma veemente.

Relativamente à questão que estava a ser discutida, sugeriu aos Srs. deputados que, dada a sua delicadeza, melindre e transversalidade, o bom senso admitiria que o respectivo assunto fosse ponderado, já que não era novo e nem sequer dos últimos 20 anos.

O Sr. d.m. Guilherme Melo usou da palavra para colocar duas questões à Sra. presidente da Câmara: a primeira para lembrar que, pela segunda vez, não constava a informação relativa ao andamento das Recomendações aprovadas pela Assembleia Municipal, regularmente apresentada do antecedente, excepto na anterior e na presente sessão.

Seguidamente, anunciando-se frequentador assíduo do *site* da Câmara, em vão procurava as informações e as actas do actual mandato, que ainda não se encontravam disponíveis, solicitando para tal o empenho da Sra. Presidente.

A Sra. Presidente da Câmara, reconhecendo a relevância da questão, atribuiu a falta da informação do andamento das Recomendações à baixa médica um pouco prolongada da assistente administrativa Sra. D. Fernanda Santos, responsável pelo seguimento dos assuntos relativos às reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal.

Referiu ainda já existirem as duas primeiras actas, pelo menos das reuniões de Câmara, e que, de facto, havia um atraso na publicação na *internet*.

Adiantou também que a Sra. D. Belina, actualmente a prestar apoio administrativo às reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, sendo coordenadora daquela secção, estava a ter alguma dificuldade em cumprir essa obrigação.

Finalmente, informou que, já na última reunião de Câmara, havia sido manifestada a necessidade que tal acontecesse com a maior brevidade possível.

O Sr. d.m. Jorge Belerique disse:

“O primeiro assunto que aqui vou abordar, apesar de não ser da competência da Câmara, devia merecer alguma da sua atenção. Falo da falta de manutenção da Via Vitorino Nemésio que, apesar de inaugurada há seis meses, constata-se que junto ao separador central a erva cresce pelo asfalto, tem um desenvolvimento superior à das pastagens limítrofes e em muitos locais já cobre as valetas.

Existem também alguns sinais de trânsito tombados, principalmente nalgumas saídas daquela via. Penso que é um assunto da responsabilidade do governo. Caso não seja, talvez a Sra. Presidente nos possa dar mais algumas informações sobre isto.

Não é aconselhável que uma via com aquela dimensão e importância se mantenha no estado de conservação em que está actualmente. Para além de construir, temos de pensar também no futuro e até à data essa situação não tem sido acautelada.

Sendo a principal via intermunicipal de circulação na ilha de ligação entre os dois concelhos, tendo aquele aspecto, não dignifica a ilha nem os seus concelhos perante quem nos visita ou cá vive.

Também não existem quaisquer trabalhos de embelezamento ou ajardinamento daquele espaço e volto a dizer que não sei se a responsabilidade é do governo ou, como já ouvi, do consórcio empreiteiro.

Em relação àquelas duas faixas laterais conhecidas como faixas de circulação para animais e algumas viaturas, bastou um inverno para que aparecessem algumas lagoas e lamaçais, talvez devidos a erro de construção. Nota-se a deterioração acentuada daquele piso e, nalguns troços, as viaturas têm dificuldade em circular. Ao que sei, já houve promessas de asfaltagem da via.

A outra questão tem também a ver com vias de comunicação mas, estas sim, da responsabilidade da Câmara Municipal. Falo do «Caminho das Figueiras Pretas» que faz a ligação entre a rotunda das Figueiras Pretas e a Canada Nova de Santa Luzia. É uma via que nalguns períodos do dia tem uma circulação intensa, sendo o trânsito condicionado, porque devido ao seu traçado, a estrada que o limita a Norte muitas vezes entra na própria via. É perigoso circular ali porque em alguns períodos do ano o seu alinhamento coincide com a trajectória solar, criando algum encandeamento, o que complica o trânsito.

Nesta altura, com as chuvadas acentuadas e havendo uma grande extensão de muros de pedra, a água entra nas pastagens e brota pelas próprias paredes tendo já de algumas delas caído algumas pedras. Não sei até que ponto a segurança de quem ali transita, está acautelada.

Achamos fundamental corrigir aquela via alargando-a para norte, ou condicionar o trânsito fazendo-o circular num só sentido. Ao que sei, na Câmara anterior havia, não sei se um projecto ou um anteprojecto para a construção de uma ligação entre a Penha de França e algures nas Figueiras Pretas, para que o trânsito pudesse funcionar num só sentido e descongestionar o caos que neste momento lá continua, nas imediações do Colégio de Santa Clara. Gostaria de saber o que esta câmara está a pensar fazer sobre esta matéria.”

A Sra. Presidente da Câmara, em resposta, disse:

“Quanto ao estado de manutenção e conservação da VVN, o que lhe posso dizer é que já tive oportunidade de falar com a Sra. Delegada das Obras Públicas sobre essa matéria e já vi também que há lá estacaria de hortênsias em grande parte do início da via e nas laterais, colocada muito recentemente por quem tem a responsabilidade na manutenção e embelezamento daquela estrada.

Este novo pacote de estradas contempla um conjunto de vias que não resultam exclusivamente de repavimentação mas também do seu alargamento e a abertura de algumas novas, em que se incluem estas duas.

O Caminho das Figueiras Pretas é talvez o mais preocupante de todo o concelho. Não é novidade o que me diz, já que recentemente tive a oportunidade de conversar com o Padre Gregório que é o responsável pelo Seminário a quem pertencem os terrenos, com o Padre Manuel Carlos, responsável por essa matéria e também com o Sr. Bispo com quem fui ao local para que ele percebesse o problema que constitui aquela parede divisória que ameaça ruir a qualquer momento.

Apresentámos proposta ao Seminário no sentido de procedermos ao alargamento daquela via e em contrapartida reporíamos o muro que ficaria melhor do que está agora. Estamos neste momento na fase de negociação e há já um tratado previsível.

Essa via tem sido a principal condicionante de ainda não termos lançado o Pacote de Estradas porque o projecto do seu alargamento depende deste entendimento com o Seminário. Também já me foi transmitido por todas as partes com quem falei que, atendendo à forma como aqueles terrenos lhe foram doados, existem algumas condicionantes que estamos a tentar ultrapassar.

Já apresentámos formalmente a proposta de aquisição dos terrenos para alargamento da referida via e poderemos assim prosseguir com o nosso pacote de estradas.

Quanto à nova ligação Penha de França / Bicas, há várias alternativas de traçado que têm a ver com a saída nas bicas, mais a norte ou mais a sul. Está incluída no pacote de estradas cuja informação para os projectos está a decorrer e inclui também a estrada nova no Raminho, um conjunto de outras novas estradas e a reabilitação de outras tantas.”

O Sr. d.m. Luís Paulo Carneiro interveio dizendo que havia sido definida há alguns anos atrás como estratégia de Desenvolvimento Regional em termos energéticos, uma crescente aposta nas Energias Renováveis, tendo sido clara a aposta na Energia Geotérmica.

Referiu que inicialmente estava apontada a data de 2006 como início da produção de energia geotérmica cá na ilha.

Sabendo que os furos se iniciaram em 2000 ao mesmo tempo que em S. Miguel e que naquela ilha já estavam em funcionamento e constatando a importância de todo este projecto em termos energéticos para a nossa ilha, gostaria de saber se a Câmara dispunha de mais alguma informação sobre o assunto.

A Sra. Presidente da Câmara, em resposta, disse:

“Posso dar-vos alguma informação de que disponho e que me foi transmitida aquando de uma visita que efectuámos ao Parque Geotérmico. O Sr. Vereador Cota Rodrigues solicitou informações, sobretudo uma reunião entre a C. M. e a SOGEO para que pudéssemos actualizar os dados de que dispomos.

Nessa visita efectuada no final do ano passado, o que nos foi transmitido pelos responsáveis é que, neste momento se encontram a fazer monitorização dos furos para avaliar a rentabilidade de cada um deles. Foi-nos dito que a maquinaria de perfuração já não era necessária e neste momento estavam a avaliar as condições e isso implicava que aqueles furos estejam em funcionamento durante algum tempo para que seja analisado o fluxo geotérmico e outras questões associadas, para depois se poder decidir qual a capacidade daquela Central.

Penso que a previsão inicial era de 12MegaWatts. Ainda não existe informação que confirme a rentabilidade dos furos e os 12 Mega Watts, por isso já solicitámos uma reunião à SOGEO para actualizarmos também a nossa informação.”

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, na sua primeira intervenção e após cumprimentar todos os presentes e desejar a todos um bom mandato em prol do Concelho, disse:

“A questão que eu aqui queria levantar, vem na sequência do que anteriormente aqui foi falado e do apelo que foi feito pelo Sr. Presidente da Assembleia relativamente a esta questão da A.C.A. e das Festas Sanjoaninas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu aqui que esta questão deve ser vista com toda a ponderação e eu subscrevo inteiramente a sua referência quando ele diz que é uma questão com cerca de 20 anos. Eu acho que pode até ir aos inícios da democracia e das câmaras eleitas democraticamente pelo povo no concelho de Angra do Heroísmo. Refiro isto, porque esta questão pode ser indicadora de falta de rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos.

Julgo que é de toda a conveniência que a Câmara Municipal e esta Assembleia vejam este assunto esclarecido em toda a sua plenitude. Eu não me lembro de serem necessários sete anos, tanto quanto eu li nos jornais, para se ter noção de uma dívida que foi acumulada ao longo desse tempo e para que essa dívida passasse a ser do conhecimento público. No entanto, não demorou um mês após tomada de conhecimento dessa dívida, para que ela fosse acrescida de mais um montante, ao que me apercebi, de 300 mil euros.

Queria perguntar à Sra. Presidente da Câmara e à Câmara se estão disponíveis para facultar aos membros desta assembleia toda a documentação e todos os elementos que os levaram a chegar a este montante da dívida.

No fundo, nós estamos disponíveis para pagar, para subscrever, mas queremos saber o que estamos a subscrever. É o mínimo que se pode pedir.

Gostaríamos também de saber se esse protocolo que foi celebrado será distribuído às pessoas acompanhado de todos os elementos que justificaram a sua existência e um dispêndio da Câmara de um montante tão significativo.

Julgo que assim seria também satisfeita a pretensão do Sr. Presidente da Assembleia que eu subscrevo, percebo muitíssimo bem e que considero absolutamente fundamental para o bom nome da Câmara Municipal, do nosso concelho e para que as pessoas sejam também esclarecidas sobre o destino do dinheiro das suas contribuições.”

A Sra. d.m. Carla Bretão, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, sugeriu ao Sr. Presidente da Mesa, um intervalo de cinco minutos.

O Sr. Presidente da Mesa disse que, sendo regimental, far-se-ia esse intervalo.

A Sra. presidente da Câmara, retomados os trabalhos, disse que o objectivo do protocolo seria tornar tudo transparente e toda a informação disponível referente às contas da associação, seria facultada.

A Sra. d.m. Carla Bretão disse que, em nome do Grupo Municipal do PSD, gostaria de entregar à Mesa uma Recomendação para que fossem disponibilizadas à Assembleia Municipal todas as despesas que deram origem aos montantes envolvidos, assim como documentos justificativos do suporte da mesma dívida, incluir na ordem do dia.

O Sr. d.m. José Alberto Borges disse:

“Gostaria de perdoar a Sra. Presidente da Câmara pela resposta que me deu, já que na última assembleia levantei aqui algumas questões quanto às Sanjoaninas e ela disse que eu estava mal informado. Eu estava realmente mal informado, porque não sabia que o buraco era tão grande.

De seguida lembraria o Sr. Presidente da Mesa que não foram os angrenses quem criou essa associação de carácter duvidoso. Continua a ser uma associação que não faz assembleias, não elege direcções e criou um buraco financeiro destes. O seu principal mentor foi o Dr. Sérgio Ávila que a criou para outros fins.

Gostaria de alertar todos os angrenses para que, de futuro, tenham cuidado com a criação de certas associações e que a transparência, segundo palavras da Sra. Presidente da Câmara na anterior assembleia, venha ao de cima e possamos estar devidamente informados de tudo o que se passa nesta casa.”

A Sra. Presidente da Câmara em resposta disse:

“Embora eu não lhe tenha pedido perdão mas, sendo católica, fico muito satisfeita por ser perdoada, não sabendo bem porquê. Os esclarecimentos que o Sr. solicitou na última reunião foram-lhe dados e lembro-me também de ter dito aqui que estava a ser criada uma solução para esta matéria e que brevemente seria do conhecimento público, como foi. O Sr. misturou o que era 2009 com o anterior a 2009 e na forma como formulou a sua questão estava realmente equivocado.”

O Sr. vereador Artur Lima disse:

“Eu pedi à Sra. Presidente para intervir sobre esta dívida das Sanjoaninas porque acho que, nesta questão, é preciso sermos sérios. Com muita honra e orgulho, fiz parte de uma solução, votando favoravelmente na Câmara a criação deste empréstimo e julgo que maior transparência do que esta não existe.

Concordo com o Sr. Presidente da Mesa quando diz que é preciso ter bom senso e ponderação nestas coisas, já que estão em causa instituições desta terra de grande prestígio que agiram de boa fé e confiaram na Câmara Municipal.

Quando as instituições desta terra, e refiro-me à Caixa Económica da Misericórdia, não puderem confiar na sua Câmara Municipal, acabam-se as relações de confiança e boa fé. Isso existiu durante algum tempo, porque as regras da concessão de crédito eram outras, tendo sido condicionadas pelo Banco de Portugal.

Se querem pôr em causa uma instituição desta terra, pois façam-no. Eu sou sensível a esses pormenores, às pessoas que de boa fé confiaram na Câmara Municipal e que também de boa fé aceitaram ser presidentes das Sanjoaninas, fazendo sempre o seu melhor para que a festa corresse bem.

Parece-me que houve transparência em todo esse processo quando uma dívida que existia foi finalmente assumida e paga, como as instituições de bem devem fazer a quem devem. Não me preocupa se a dívida foi feita com quinhentos jantares, dez viagens à América, três viagens a Nova Iorque, etc.

Não gostamos de ter feiras taurinas? Não gostamos de ter artistas de nome? Isto sempre foi assim. Se umas dívidas foram acumuladas durante cinco ou seis anos, outras terão sido durante dois ou três. Algumas Sanjoaninas deram lucro? Faz-se uma festa para se ter lucro?

O que tem que ser decidido aqui é se queremos ou não ter Sanjoaninas. Também o CDS fez uma proposta no sentido de as contas serem tornadas públicas e apresentadas a este órgão para as fiscalizar.

O Orçamento deve ser apresentado segundo os princípios da boa gestão e rigor dos dinheiros públicos e depois a população diz se quer festas ou não.

Todas as dúvidas que tinha e coloquei a quem de direito sobre a legalidade daquele empréstimo, foram-me perfeitamente esclarecidas, porque era um assunto que me preocupava, tínhamos de o resolver de uma vez por todas e pôr-lhe um ponto final.

Quando se detecta um erro, há que o assumir pública e politicamente e foi isso que fez este executivo. A questão que às vezes vejo insinuada é se isso devia contar para endividamento da Câmara. Limita-se o endividamento da Câmara para fazer capacidade a outros investimentos e outras obras? Era uma opção. Parece-me que esta é razoável, perfeitamente transparente e legal, não me deixando dúvidas.

Pela minha parte, recuso-me a ir ver quantas refeições foram dadas, porque se formos a ver, ninguém que tenha estado nos executivos camarários desta ou outra câmara, é inocente nesta matéria. Tenho a certeza que todos os executivos, quer desta Câmara, da de Ponta Delgada, da Câmara da Horta ou de qualquer outra, fizeram sempre pelo melhor, não querendo dizer que não tenham falhado. Acho que há grande mérito em assumir-se as coisas com transparência e com frontalidade. É certo que há desperdícios e excessos, mas vamos no bom caminho do rigor e da transparência. Cá estaremos nós, vereadores da oposição e Assembleia Municipal, para fiscalizar se as coisas vão ou não no bom sentido.

Acho que, com esta proposta que foi aprovada, as coisas terão outro rigor e os angrenses terão que decidir se querem festas Sanjoaninas e arcar com a sua despesa.”

O Sr. d.m. Joaquim Ponte disse que intervinha em defesa da honra:

“Intervenho pela defesa da honra, Sr. Presidente. Foi dito aqui pelo Sr. vereador, a quem a Sra. Presidente concedeu a palavra, que ninguém é inocente nesta matéria e que todos os autarcas ao longo destes últimos anos passaram por situações idênticas àquela que estamos aqui hoje a discutir. A minha honra sente-se atingida, porque eu nunca passei por uma situação dessas, nem coisa que se pareça. Quero que isto seja devidamente clarificado. Não entendo como é que se defende a transparência e depois se vem dizer que se aceitam as contas seja de que maneira for. Exigimos, no mínimo, saber o que estamos a pagar, em nome da transparência. A Sra. Presidente já indicou com toda a convicção que facultaria a todos os membros desta assembleia o comprovativo que nos levou a que, passados sete anos, se acumulasse uma dívida de um milhão e meio de euros em relação às festas Sanjoaninas.

Isto não tem nada a ver com o facto de as pessoas quererem festas ou não, não tem a ver com o respeito que se tem por todas as instituições, nem com o respeito pelas pessoas que organizaram as festas. Nada disto está em causa, mas sim uma questão de transparência. Queremos pagar e ajudar a resolver o problema, votando esta questão favoravelmente, mas queremos saber o que estamos a votar. A questão é esta.”

A Sra. Presidente da Câmara respondeu:

“Não é hábito que os Srs. vereadores intervenham. Podem fazê-lo excepcionalmente, desde que eu assim o permita. O Sr. vereador Artur Lima pediu a palavra porque, estando associado à solução da questão por via do protocolo, entendeu que devia esclarecer o motivo do seu sentido de voto.

Agora pede a palavra o Sr. vereador António Ventura, exactamente para o mesmo efeito. De outra forma, esclareço eu a posição que a Câmara tomou. O Sr. vereador Artur Lima vai responder-lhe.”

O Sr. vereador Artur Lima em resposta disse:

“Não vejo em que atingi a sua honra, Sr. deputado Joaquim Ponte. Falei apenas destas questões de festas e derrapagens de orçamentos. O Sr. concordará comigo, quando digo que elas acontecem em todos os executivos e governos. Se entendeu assim, não quis, nem tão pouco pensaria, em ofender a sua honra ou a sua dignidade. Como sabe, há muito tempo que tenho muito respeito por si e não lhe queria assacar nenhuma culpa. Agora, o Sr. entenda uma coisa: das suas palavras iniciais, como fiz parte e votei favoravelmente esta proposta, também me sinto atingido quando me acusam de alguma falta de transparência.

Quando eu votei esta solução, fi-lo de boa fé para resolver um problema. Se os Srs. acham que precisam de mais esclarecimentos, estão no vosso direito. Por minha parte, obtive todos os que pedi, quer às instituições envolvidas, quer à Câmara Municipal.

Eu disse e mantenho, é que em todos os executivos sem excepção e quando se nomeiam comissões, acontecem coisas dessas que nem o próprio executivo controla, mas que tem que ser responsabilizado de alguma maneira. Foi apenas isso que eu quis dizer, não responsabilizando ninguém, muito menos V. Exa.”

O Sr. vereador António Ventura disse:

“Nem eu, nem o PSD fizemos parte da solução deste problema porque não estavam reunidas determinadas condições. A Associação Cultural Angrense não poderia continuar com aquele défice e nós queríamos resolver o problema. Para isso há que, primeiro, perceber determinadas condicionantes. Não está em causa o trabalho de todas as comissões, mas é verdade que algumas me têm abordado, dizendo: “neste período eu não deixei dívida”. Assim sendo, é preciso perceber o que está em causa.

Nós não podemos fazer um pagamento cego, porque no fundo é isso que está em causa. Passamos um cheque sem sabermos ao pormenor o que estamos a pagar. É preciso a prova do algodão. Errar obviamente que é humano, mas persistir no erro já não. Houve má gestão nalgumas comissões e ela tem que ser assinalada para que não se repita.

Uma outra condição prévia era perceber as contas da Associação Cultural Angrense. Essas contas não nos foram facultadas, por isso não nos sentimos minimamente esclarecidos para aprovar esta solução. Não há a necessária clarividência da situação para que tomemos uma posição de compromisso plurianual e assim comprometer esta e uma futura câmara, esta e uma futura Assembleia Municipal, e comprometer também os investimentos feitos no concelho a favor dos munícipes. Tudo isto por via de um compromisso de 1,5 milhões de euros aos quais já foram somados mais 300 000 (trezentos mil). Repito que é um pagamento cego e isso não subscrevemos.”

O Sr. d.m. Francisco Barros disse:

“O assunto está bastante interessante. Gostaria de registar que não tendo sido uma situação inédita, foi pelo menos invulgar o facto de termos visto reproduzir nesta casa uma sessão da Câmara Municipal. De hoje em diante, considero-me no direito de, quando achar necessário, pedir a palavra, entrar também nas reuniões do executivo camarário e dar opinião de um órgão que tem tanta legitimidade para decidir quanto este, com poderes conferidos pela lei em termos distintos.

O que o Sr. vereador António Ventura trouxe aqui, não foi mais do que a reprodução do que já tinha dito a Sra. deputada municipal Carla Bretão e outros membros do grupo municipal do PSD quando a este assunto se referiram. A Sra. deputada Carla Bretão começou, numa forma mais ou menos velada, por insinuar que existiria um clima de suspeição sobre todo este processo da transferência de 1,5 milhões de euros através de um protocolo celebrado pela Câmara.

Vamos pôr as coisas muito claras. Durante muito tempo se falava à boca pequena, nas conversas de bastidores e nos cafés, dos défices que as diferentes comissões das Sanjoaninas tinham deixado acumular. Pela primeira vez, a Câmara Municipal, assumindo a sua responsabilidade na gestão das festas, disse: nós temos este problema e como pessoa de bem temos que encontrar uma solução para o resolver e é esta a decisão que importa relevar.

Se entendem que não estão suficientemente esclarecidos e que há necessidade de esclarecimentos adicionais, os Srs. vereadores e os membros desta casa sabem que podem recorrer a um conjunto de mecanismos legais para requererem as informações que estão em falta. Esta assembleia tem é que fazer um juízo e uma avaliação política da decisão que foi tomada e não entrar em meandros de discussão. Não me parece que isso seja da nossa competência.

Não sei se esta Assembleia Municipal deva ou não ser chamada a pronunciar-se relativamente à solução encontrada para resolver o défice das Sanjoaninas. Há pareceres que dizem que não. A Sra. Presidente já se disponibilizou a fornecer alguns elementos adicionais que alguém possa precisar, caso a informação prestada e conhecida, seja considerada insuficiente por alguns membros desta assembleia.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes usou da palavra:

“Vou salientar o meu apreço pela resposta rápida, pronta e precisa do Sr. Secretário Regional da Saúde relativamente a uma recomendação que havia sido apresentada aqui nesta Assembleia, já que nós nunca ou raramente sabemos as respostas às recomendações e aos votos que aqui se fazem, sobretudo dirigidas a entidades externas ao município. Foi com agrado que ouvi o Sr. Presidente da Mesa ler a resposta do Sr. Secretário Regional da Saúde. Se muitas vezes fazemos críticas, também é importante elogiar quem responde e quem cumpre com o seu dever.

Também gostaria de deixar aqui uma achega em relação à VVN e ao problema levantado pelo Sr. Engenheiro Belerique em relação ao seu enquadramento paisagístico lateral. Sei que foi encomendado pelo Governo Regional um projecto ao Sr. Prof. Eduardo Dias da Universidade dos Açores para fazer a replantação de toda a vegetação e de todo o embelezamento lateral daquela via.”

O Sr. d.m. Jorge Belerique interveio, dizendo:

“Eu até sei disso. Estranho é que essa situação esteja em banho-maria e estranho ainda mais a comunicação da Sra. Presidente, de que esse embelezamento seria feito à base de espécies endémicas. Estranho que a área destinada a isso esteja a ser embelezada com hortênsias.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes respondeu:

“Não está em banho-maria. Está nas mãos de um projectista. Quando se encomenda um projecto a uma entidade privada, neste caso ao Sr. Prof. Eduardo Dias, há prazos a cumprir e depois toda a regulamentação inerente ao contrato.

Em relação às espécies endémicas e devido à legislação em vigor, não é muito fácil a transplantação de sítios, correndo o risco de se violar a própria lei. Todo esse processo está com bom andamento e a procurar uma solução sem que a lei seja violada.

Quando pedi a palavra, também tinha intenção de retribuir a saudação que o Sr. deputado Joaquim Ponte fez a esta Assembleia, porque provavelmente nunca mais o veremos cá, a não ser por este caso contundente que tem perturbado imenso o PSD, desde que passou a Oposição nesta Câmara.

Muitos dos Srs. deputados que vejo aqui são novos nesta assembleia, mas eu já estou aqui há doze anos e desde essa altura que o PSD tem um «*parti pris*» com as Sanjoaninas que é uma coisa tremenda. Talvez fosse bom consultarem um psicólogo para resolverem esse problema. Não façam caretas, porque só demonstra que os Srs. não estão a par do que se

passa. Sem querer ofender ninguém, e podem pedir a defesa da honra que queiram, dá a sensação que há aqui uma dose de hipocrisia muito grande. Estou a falar como um simples cidadão que nunca pertenceu a comissão de festas. Toda a gente sabe que qualquer comissão de festas tem sempre um problema tremendo em pagar essas festas.

Seria muito bom que a Sra. deputada Carla Bretão na recomendação que vai apresentar para que se vejam as contas, creio que dos últimos sete anos, pedisse para ver as dos últimos 20 ou 30, para fazer um estudo comparativo e ver se, nestes últimos anos, houve alguma comissão de festas das Sanjoaninas que não tenha tido prejuízos.

Todos os anos há sempre aqui uma questão trazida pelo PSD, coisas bizarras, como num ano em que se pretendia fazer as festas no Porto de Pipas e a grande preocupação era que ninguém caísse ao mar.

Há uma tendência do PSD de se entreter com estas ninharias, sinal de que não tem mais nenhuma oposição para fazer à Câmara de Angra.

É verdade que todos tiveram dívidas. Não haverá nunca Sanjoaninas que dêem lucro e toda a gente sabe que é assim. O Sr. deputado Joaquim Ponte sabe melhor do que ninguém, porque já foi Presidente da Câmara e provavelmente no seu tempo as Sanjoaninas também deram prejuízo. Não sei se o estou a desonrar outra vez, Sr. deputado. Se estiver, diga. Gosto de festas como todos os terceirenses. Todos nós estimamos as nossas Sanjoaninas e temos que encarar isso com toda a frontalidade. As Sanjoaninas sempre deram prejuízo e sempre hão-de dar, porque é impossível fazer festas desta natureza que não dêem prejuízo.

Há que ter em conta o princípio da boa fé, como disse o Sr. vereador Artur Lima. É um princípio de direito natural de *bonum fidei* (boa fé). Por isso é que eu digo que há aqui uma boa dose de hipocrisia, querendo fazer crer algo que não existe.”

O Sr. Presidente da Mesa, a um novo pedido do Sr. d.m. Joaquim Ponte para usar da palavra, disse:

“Concedo-lhe a palavra, mas quero que tenha em atenção que isto está a ultrapassar tudo quanto diz o regimento. Nada do que aqui foi dito, ofendeu a honra de ninguém. São posições diferentes. Daí até ofender a honra vai uma diferença substantiva. Peço que os Srs. deputados tenham calma e serenidade, porque já se ultrapassaram todas as regras do regimento desta Assembleia.”

O Sr. d.m. Joaquim Ponte, usando da palavra, disse:

“Utilizei há pouco a figura da defesa da honra para poder intervir. Pedi ao Sr. Presidente para o fazer, porque essa era a figura regimental que mo permitia. Não me ofende nem me desonra quem quer, mas sim quem eu quero. O facto de referirem aqui hipocrisia, mencionarem o meu nome por diversas vezes e recomendarem um psicólogo, etc., nada disso ofende a minha honra. Só ofendia a minha honra se eu o aceitasse e se as pessoas que proferem este tipo de intervenções, fossem suficientes para o fazer. Ainda não me senti atingido por isso.

Há uma questão que eu deixei claro. A Sra. Presidente da Câmara entendeu, o Sr. Presidente da Assembleia também, mas, pelos vistos, o Sr. deputado João Maria Mendes não. Vou tentar ser mais claro para ver se o Sr. deputado João Maria Mendes agora percebe. A questão não é saber se as Sanjoaninas sempre deram prejuízo ou não ou se as mesmas têm razão de existir. A questão é saber se alguma vez na história deste município, em anos de democracia, durante sete anos, se ocultaram dívidas das

Sanjoaninas sem que as pessoas soubessem delas. Nós estamos disponíveis para colaborar na regularização dessa situação, mas com conhecimento do que se passou. Acha que, pedir que as coisas sejam transparentes e nos digam o que estamos a pagar, é pedir demais? Acha que é uma minudência, reclamarmos quase dois milhões de euros de dinheiros públicos? Acha que isto não vale nada? Para nós, vale. O respeito que nós temos pelas pessoas é suficiente para que este assunto não seja uma minudência, mas sim uma questão que mereça a nossa preocupação.”

O Sr. Presidente da Mesa disse:

“Já toda a gente percebeu quais as posições dos dois grupos municipais. Eu peço aos Srs. deputados que tenham bom senso, senão a gente não sai daqui hoje. Oh Sr. deputado João Maria Mendes, o Sr. deve ter em conta o seguinte: o grupo municipal do PSD esgotou o seu tempo e o Sr. deputado Joaquim Ponte explicou a razão da sua primeira intervenção. Não vamos criar aqui o efeito de bola de pingue-pongue. A seguir eles repetem, depois o Sr. deputado volta a intervir e não saímos daqui. O Sr. tem tempo, vai responder.”

A Sra. Presidente da Câmara usou da palavra para mais esclarecimentos:

“Eu só queria deixar clara aqui uma situação: toda a informação que eu tiver disponível e que ajude a esclarecer a questão dá-la-ei. Estou aqui para isso. O Grupo Municipal do PSD não é chamado neste momento a ajudar-me na solução. A solução foi encontrada em reunião de Câmara, devidamente aprovada, legitimada e já seguiu o seu caminho. Não está dependente da anuência do PSD.

A dívida da instituição é de 1,2 milhões de euros, acrescida de juros. O pedido de apoio da instituição à Câmara ascende a 1 milhão e 500 mil euros. Não há nenhum empréstimo porque a dívida nunca esteve em nome da Câmara Municipal, por isso nunca poderia ser por ela assumida.

Não venho para aqui fazer história porque não me compete nada disso. Da última vez fiz uma pequena resenha que pouco me agradou. Não vale a pena estarmos a atirar areia para os olhos uns dos outros.

Já referi aqui na última Assembleia Municipal, na qual o Sr. deputado não estava presente, que até 2000 havia uma comissão que não era legalmente constituída e à qual se concediam apoios.

A Associação Cultural Angrense foi criada como instituição sem fins lucrativos e legalmente constituída, para que deixasse de haver qualquer tipo de questões ao nível da transparência referentes à transferência de verbas da autarquia. Até 2000 isso não aconteceu.

A associação foi criada nesse mesmo ano e eu esclareci isso em reunião de Câmara. Houve situações em que a gestão foi melhor e outras em que foi pior conseguida. Leiam as actas das reuniões de Câmara dos últimos anos e ficarão a saber que todos os apoios concedidos às Sanjoaninas foram aprovados por unanimidade e que nas discussões destes apoios foi feita alusão a situações por regularizar relativas a determinados anos.

Não me digam que não era do conhecimento, porque não é verdade. Existem transcrições com afirmações dos Srs. vereadores do PSD, a solicitar à câmara que regularizasse as situações referentes a determinados anos. Houve situações em 91, em 2004, em 2005 e até a vereadora Teresa Valadão na reunião de Câmara fez alusão a uma situação que já tem mais de 50 anos, em que eram relatados problemas na gestão desta festa.

Não há dúvidas que as pessoas que geriram as festas de 2007 e 2008 o fizeram com as melhores intenções. Há uma dívida por regularizar na Caixa Económica da Misericórdia e aquela instituição precisa de ser apoiada para regularizar essa dívida.

Não podemos continuar a apregoar que as Sanjoaninas são as maiores festas do Concelho e as maiores festas profanas dos Açores e depois, chegada a hora de assumir, toda a gente vira as costas e cada um que se desenrasque.

Competia-me resolver esta situação e foi o que eu fiz com a melhor das intenções, cumprindo o que legalmente está definido, com o enquadramento que entendi mais adequado.

A partir de agora, com as contas das Sanjoaninas a constar das contas da Culturanga, elas serão apresentadas na Câmara como já foi definido e dadas a conhecer a esta Assembleia Municipal.

Toda a gente sabe qual a receita/despesa da tauromaquia, a receita/despesa da gastronomia e por aí em diante. As Sanjoaninas são grandes demais para serem escondidas.

Ontem, o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, depois daquela tragédia toda, disse a dada altura, que há que proteger os vivos e enterrar os mortos. Qual era a sua preocupação quando perguntava: «daqui em diante vamos viver de quê? Do turismo. Então, não convém fazer muito barulho com isto». Foi o que o Sr. Presidente da Madeira disse. Não consegue fazer a analogia? Depois explico porque agora não vale a pena. Sobre esta matéria não adianta mais nada.”

O Sr. presidente da Mesa, após algum alarido na sala, aconselhou calma aos Srs. Deputados e que não devia tapar-se o sol com a peneira, já que se estava a falar de umas dívidas acumuladas desde há cinquenta anos, sugerindo que se passasse à Ordem do Dia.

A Sra. d.m. Carla Bretão, num aparte, disse:

“Cinquenta anos? De 2002. 2002.”

O Sr. Presidente da Mesa respondeu:

“A Sra. deputada não estava cá. Os défices das Sanjoaninas nunca passavam pela Assembleia Municipal. Tenham serenidade e muita calma sobre esta matéria porque isto é uma questão muito antiga. Tenham em atenção que não é uma questão de 2002, mas sim desde há cinquenta anos, como diz a Sra. Vereadora. Se continuarmos a falar nisto, poderão surgir situações muito incómodas para muita gente.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes voltou a intervir:

“Eu só queria dizer ao Sr. deputado Joaquim Ponte que percebi muito bem a sua intervenção. Desculpe ser contundente consigo, mas como disse a Sra. Presidente da Câmara, as dívidas das Sanjoaninas não eram desconhecidas e por isso, os Srs. Vereadores do seu partido que aqui estiveram sabiam da sua existência. Nunca foram dívidas secretas, por isso é que eu falei de hipocrisia. Não podem vir aqui esconder a cabeça debaixo da areia dizendo que não sabiam.

Oh Sr. deputado Guilherme Melo, esteja calado que eu também estive quando o Sr. falou e não o interrompi. Chega de abusos aqui dentro. Queremos tratar as coisas com seriedade e os senhores nunca respeitam ninguém. Estão sempre a fazer chacota com tudo

o que se diz. O Sr. deputado Luís Rendeiro está ali a pestanejar. Quando quiser falar, peça a palavra e não esteja para aqui a... Desculpe, Sr. presidente, mas por muito que queiramos cultivar a virtude da paciência, ela às vezes também falta.”

O Sr. Presidente da Mesa em tom de graça disse que os Srs. deputados são livres de pestanejarem quando quiserem.

A Sra. d.m. Carla Bretão disse:

“Eu não gostaria de eternizar esta discussão. Tanto eu, como ex-vereadora, e outros vereadores do PSD sempre pedimos nas reuniões de Câmara que fossem regularizadas as dívidas e sempre dissemos que queríamos as contas da Associação Cultural Angrense para nos apercebermos se havia dívidas ou não, como ouvíamos por fora. Não sabíamos que ela existia. Os comerciantes transmitiam-nos que ainda não lhes tinham pago contas relacionadas com o subsídio que nós aprovámos na reunião de Câmara.

Nós sempre pedimos as contas da Associação Cultural Angrense e foram-nos cedidas apenas contas referentes a alguns anos. Cheguei a fazer um processo para a C.A.D.A. (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos), para ter acesso aos documentos. As contas que estão na nossa posse, e são poucas porque não foram todas disponibilizadas, todas têm saldo positivo. Assim sendo, diga-me de onde vem essa dívida.”

O Sr. Presidente da Mesa, perante algumas interrupções, elevando a voz disse:

“Os Srs. tenham calma, senão interrompo os trabalhos. Desculpem lá. Queira concluir, Sra. Deputada. Já percebemos a sua intervenção”

A Sra. d.m. Carla Bretão continuou:

“Todas as intervenções dos vereadores do PSD na Câmara Municipal sobre este assunto foram no sentido de que tivessem em atenção o que estava a ser pago, das transferências que estavam a ser feitas do subsídio que aprovámos na câmara, porque só temos conhecimento que aquele subsídio era para participar as festas Sanjoaninas. Tudo o resto estava escondido porque não nos foram dadas contas que mostrassem esse défice.”

O Sr. d.m. João Santos usou da palavra:

“Sr. deputado José Alberto Borges. É prática nesta Assembleia, por mais acaloradas que sejam as discussões de parte a parte, nunca pôr em causa o bom nome de ninguém. Quando se fala em instituições, fala-se indirectamente das pessoas que incluem os seus órgãos. Por isso, peço-lhe que não utilize expressões como: «uma associação para outros fins» e «uma associação de carácter duvidoso», ou então que esclareça quais são os outros fins e quais as actividades duvidosas da Associação. Se não quis dizer nada mais do que isto e foi apenas uma força de expressão, o assunto fica por aqui.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Finalmente a Sra. Presidente de Câmara disse que cederia à Assembleia Municipal toda a documentação necessária ou que esta assembleia achasse pertinente. As decisões foram tomadas na reunião de Câmara, foram todas fundamentadas. Portanto, o CDS-PP na Câmara tomou uma decisão com base em informações que achou suficientes, encantado da vida. No entanto, o CDS-PP na Assembleia Municipal nunca recebeu da Câmara sequer uma folhinha A4 descrevendo os pormenores da dívida de cada ano e é esse tipo de informação que pedimos aqui.

Há pouco, o Sr. deputado João Maria Mendes disse que toda gente sabia da dívida. O Sr. sabe qual é o valor dessa dívida em 2003? Eu não sei. Só sei a de 2009 porque saiu no jornal o outro dia. A Câmara seguramente deve saber e o PP na Câmara também, caso contrário não teria votado a favor. A Assembleia Municipal não sabe e continua sem saber. Foi por isso que eu disse que a Câmara poderia ter feito uma missivazinha ao Sr. Presidente da Assembleia.

No relatório de actividades da Câmara não vêm referidos estes valores e isso é uma actividade política da Câmara durante estes meses. Trata-se de 2 milhões de euros e a Assembleia Municipal tem o direito de saber isto, porque é uma questão institucional.

Como há pouco expliquei, estes assuntos não se resolvem na rua de S. João, na rua do Galo, nem na rua do Marquês, mas sim aqui nos Paços do Concelho, porque é o sítio onde institucionalmente devem ser resolvidos. Como membros da Assembleia Municipal, achamos que as posições tomadas pela Câmara estão fundamentadas na reunião da mesma, mas a respeito da Assembleia Municipal estamos a zero e isso para nós é grave.”

O Sr. Presidente da Mesa disse estar mais que esgotado o tempo do Período Antes da Ordem do Dia e colocou à votação, a admissibilidade de uma Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, lembrando o acordado entre todos os grupos parlamentares sobre a admissibilidade de votos de pesar e outras situações análogas.

Disse ainda que, por deficiência de comunicação entre os serviços de apoio à Assembleia e os restantes grupos parlamentares, tinham já sido admitidos no decurso da sessão, embora com conhecimento prévio da mesa, dois requerimentos do PSD.

Lembrou o N.º 3 do artigo 20.º: *“a discussão e votação de propostas não constante no período da Ordem do Dia das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada pelo menos pelo número inteiro e imediatamente superior a dois terços do número legal dos membros da Assembleia que reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto”*.

A recomendação diz o seguinte: *«O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo sejam disponibilizadas todas as despesas que deram origem ao contrato programa no valor global de 1.589.143.93€ (um milhão quinhentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e três euros e noventa e três cêntimos), assim como todos os documentos justificativos de suporte da dívida objecto de protocolo celebrado e ainda a publicitação de todos os documentos no site do Município para que todos os angrenses possam ter acesso a tal informação.»*

O Sr. Presidente da Mesa lembrou ainda que não estava a ser votado o requerimento, mas sim a sua admissibilidade.

Não havendo mais intervenções, posta à votação, **a inclusão na Ordem do Dia da Recomendação acabada de ler foi rejeitada** com 18 votos contra (17 votos do PS, 1 do CDS/PP), 3 abstenções (1 do PP, 1 do PS, 1 do d.m. independente) e 13 votos a favor (11 do PSD, 1 do CDS/PP, 1 do PS).

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 18 de Dezembro do ano findo a 22 de Fevereiro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.

A Sra. Presidente da Câmara na apresentação da informação disse:

“Penso que é suficientemente exaustiva e explícita para que toda a gente entenda.

Em destaque: a presença da Câmara Municipal em Janeiro na Associação Regional de Turismo, o lançamento da primeira pedra da Casa Mortuária da Serreta, a adesão da Câmara e das Juntas de Freguesia à iniciativa “Limpar Portugal”, a apresentação do Relatório final relativo aos furos e à qualidade e quantidade da água dos mesmos, a participação da Câmara Municipal através de um técnico, numa reunião da Organização das Cidades Património Mundial sobre o projecto «Arqueologia e Cidades Património Mundial», a apresentação do Cartaz Tauromáquico e espectáculos das Sanjoaninas 2010, a assinatura dos Protocolos de Delegação de Competência nos termos em que foi aprovado em Assembleia Municipal de Dezembro, a assinatura do Protocolo de colaboração com a Universidade dos Açores no domínio da Investigação e da Tecnologia, a visita de proximidade aos Altares, a próxima será o Raminho ainda durante o mês de Fevereiro, e as Danças e Bailinhos de Carnaval como iniciativa importante realizada no decurso do mês de Fevereiro.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Esta é a segunda informação acerca da actividade municipal que temos a oportunidade de apreciar. Na primeira não fiz nenhum comentário, porque não sabia qual era a prática instituída. Na segunda, já deu para perceber que a prática consiste em apresentar à Assembleia Municipal uma impressão das agendas dos vereadores, da Câmara Municipal e dos diversos departamentos, até bastante completa, com horários e pormenores sobre tarefas, como por exemplo, a rescisão de um contracto.

Parece-me bem que esteja como anexo à informação da actividade municipal, porque, como dizia há pouco o deputado municipal Francisco Barros, tratando-se aqui de um órgão político, haveria interesse em destacar aqui a informação sobre as políticas da Câmara. No entanto, não sei se foi omissão ou de propósito, não aparece nada sobre o protocolo que há pouco discutíamos. Nas reuniões do executivo camarário aparecem as suas datas, mas não aparece nada relativo ao conteúdo. Sei que as actas, na normalidade, estão publicadas na internet, mas se eu fosse a Câmara, gostaria de ver explícito o fio condutor das propostas apresentadas em Plano, Orçamento, nas Grandes Opções do Plano, etc.

Está excelente para que conheçamos detalhadamente uma série de coisas, mas está parco e vazio do ponto de vista de algum conteúdo mais político relativamente à informação que deve ser prestada a esta Assembleia Municipal.

Muitas das decisões políticas de grande plano têm chegado ao nosso conhecimento através dos jornais e não pela informação da actividade municipal.”

O Sr. d.m. Guilherme Melo disse:

“A Sra. Presidente não respondeu a uma pergunta que fiz anteriormente acerca do andamento das recomendações aprovadas. Não percebi bem a justificação da ausência dessa informação.

Também gostaria que a Sra. prestasse alguns esclarecimentos relativos aos mapas da execução orçamental nas despesas. Nas verbas comprometidas consta o total de 8.700.000€ (oito milhões e setecentos mil euros), já com as requisições emitidas e entregues aos fornecedores, sendo o total facturado de 1.700.000€ (um milhão e setecentos mil euros). Parece-me que grande parte desta verba virá do exercício de 2009.

Por outro lado, verifica-se que algumas rubricas dizem respeito a acções de despesas já executadas, por exemplo:

- A rubrica Habitação a Custos Controlados com 1.800.000€ (um milhão e oitocentos mil euros) comprometidos, valor ainda não facturado.
- Reabilitação de arruamentos do Concelho, alguns dos quais já terminados de acordo com o relatório das actividades da câmara, mas que ainda não constam aqui facturados no exercício.”

O Sr. d.m. Jorge Belerique disse:

“No relatório é referido que houve um levantamento dos estragos causados pelo mau tempo nas zonas balneares, que nalguns casos foram muito consideráveis. Tendo em conta que no mandato anterior levantei algumas questões sobre o estado dessas mesmas zonas balneares, gostaria de saber se, no caso do Negrito em que os estragos são bastante elevados, a Câmara reparará somente os estragos ou se, eventualmente, vai aproveitar para projectar aquele espaço de outra forma mais condigna com melhores condições e melhores equipamentos em relação à piscina e a todos os outros que estavam a ficar degradados.

Noutros concelhos dos Açores tem-se apostado claramente na valorização destes espaços e penso que são bons exemplos a seguir.

Para terminar, sobre o Caminho das Figueiras Pretas em que a Câmara já tem essa situação pelo menos pensada, a Sra. Presidente confirmou que aquele muro ameaçava ruir. Pergunto-lhe se não acha que deveria haver intervenções imediatas para os consolidar, por exemplo com injeção de betão ou condicionando o trânsito. Penso que, quanto a isso, algo devia ser feito de imediato.”

O Sr. d.m. Francisco Barros disse:

“Pedi a palavra porque o senhor deputado Nuno Melo Alves fez o favor de me citar dizendo que, sendo isto um órgão político, não havia estratégia política neste relatório.

Sr. deputado. Temos, decerto, conceitos diversos do que é um documento político. Mencionando apenas os destaques: a câmara está presente na BTL; participa numa Organização de Cidades Património relativamente à Arqueologia Subaquática que é o materializar de linhas de orientação política na promoção da cidade e do concelho no exterior; apresenta o relatório final relativo aos furos que garantem o abastecimento de água de qualidade ao concelho; desenvolve a ciência e tecnologia como pólo potenciador do desenvolvimento do concelho; assina um protocolo com a Universidade dos Açores que é a materialização de um objectivo político e, para não falarmos apenas dos destaques, a fiscalização ou continuação da coordenação das obras da escola do Ensino

Básico de S. Mateus para dar resposta a outro objectivo político que é a renovação do parque escolar do primeiro ciclo, etc.

Ao contrário da posição do Sr. deputado Nuno Melo Alves, entendo que este relatório da actividade municipal espelha bem, num determinado período temporal, as grandes opções políticas da Câmara e o seu trabalho desenvolvido nos diferentes sectores.

Em termos de materialização de manifesto eleitoral, não me parece que seja o tipo de documento que careça de informação desse teor.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro usou da palavra para também perguntar à Sra. Presidente da câmara, no âmbito da actividade municipal desenvolvida, sobre algumas questões que também saíram na comunicação social:

“Em primeiro lugar, quanto a resíduos e tratamento de resíduos, gostaria de saber o que a Câmara planeia fazer quanto à implementação do PEGRA (*Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores*). Segundo o que consta do referido Plano, o Governo Regional vai responsabilizar-se pelos resíduos das sete ilhas menos populosas, enquanto nas duas mais populosas e consequentemente mais poluentes, a situação será diferente.

Em são S. Miguel e Terceira, porque nesse plano está salvaguardado o princípio do poluidor/pagador, provavelmente haverá como consequência, um reflexo no tratamento dos resíduos sobre taxas e sobre o cidadão, porque esses tratamentos terão custos.

Neste sentido e tendo em conta que saiu na comunicação social alguma informação relativa à gestão de resíduos e ao que se pensa fazer na Terceira, nomeadamente na recepção de resíduos de outras ilhas do Grupo Central e no seu tratamento, gostaria de tomar conhecimento do que já existe em termos de estudos e quais os planos específicos, já que me preocupa bastante a questão da incineração porque é a que poderá ser mais dispendiosa em termos de poluição, na emissão de dioxinas e metais pesados, lembrando toda a problemática que tem sido discutida no continente no âmbito da co-incineração de matérias perigosas em cimenteiras.

Falou-se aqui em incineração de resíduos na Terceira. Tendo em conta o que é conhecido em termos de pré-esgotamento do nosso aterro sanitário, gostaria de saber quais as soluções que a Câmara Municipal propõe e dispõe.

Gostaria ainda de saber se está prevista a criação de unidades industriais de revalorização desses mesmos resíduos, a criação de postos de trabalho e se esses resíduos virão de outras ilhas antes ou depois de estarem criadas as infra-estruturas, porque o que saiu na comunicação social referia que a solução encontrada teria que ser decidida até a final do corrente ano.

O segundo ponto tem a ver com o que foi discutido na última Assembleia Municipal na qual eu não estive presente e em que o Grupo municipal do PSD apresentou o tema relativo à desratização.

Sei que já houve reuniões com a autarquia vizinha da Praia da Vitória e com a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário no sentido de serem feitas algumas alterações ao actual plano de desratização que incluem a incorporação de uma nova forma bastante mais eficaz de veneno que são as pastilhas em vez do grão de trigo envenenado, mas julgo que nos podia esclarecer se, em termos de práticas de actuação, haverá alguma alteração para além da distribuição gratuita dos venenos nas Juntas de Freguesia e se está prevista a criação de equipas de desratização responsáveis por uma acção integrada nas áreas populacionais e também nas áreas agrícolas.

Julgo que é insuficiente fazer apenas a distribuição de panfletos e deixar ao cargo de cada município a prática da manipulação de venenos e correspondente desratização, devendo ser considerada a criação de equipas profissionais para o efeito.

Consta dos documentos que nos foram fornecidos, que a câmara municipal vai proceder à contratação de mais um médico veterinário para os seus serviços. Julgo que, coordenado com meios da Câmara, poder-se-á actuar nessa área.

A terceira questão que coloco tem a ver com o grande número de ajustes directos que são referidos na actividade da câmara. Sei que, legalmente, os ajustes directos para obras podem ser feitos até 150.000€ (cento e cinquenta mil euros) e para aquisições até 75.000€ (setenta e cinco mil euros). No entanto, julgo que seria útil, na informação distribuída aos deputados municipais, saber se naquelas duas modalidades houve consultas de mercado. Referem-se os tipos de ajustes, mas não sabemos qual o seu montante e quais as empresas a quem foram adjudicados esses serviços ou aquisições.

Em nome da transparência, seria adequado saber-se quais as empresas a que a câmara adjudica os serviços e por que valores, já que isso evitaria que nós, como deputados municipais da oposição, sejamos abordados por alguns empresários, dizendo que há empresas beneficiadas em relação a outras.

Uma vez que este documento de apresentação da actividade municipal é bastante claro, beneficiaria assim também da identificação dos valores e das empresas a quem os serviços são adquiridos ou contratualizados.”

A Sra. Presidente da Câmara começando por responder à questão levantada pelo Sr. deputado Nuno Melo Alves, disse:

“Eu acho que os actos públicos do executivo camarário são também parte da actividade municipal e têm dignidade para constar deste documento. Fazemo-los constar porque entendemos que é importante que os senhores deputados saibam que os actos mais relevantes praticados pelo executivo camarário estejam aqui espelhados.

A questão que coloca ocupa apenas duas páginas e meia de um relatório extenso e exaustivo de sessenta.

Quanto aos estragos nas zonas balneares, foi feito um levantamento para que pudéssemos lançar uma empreitada com vista apenas à reparação, porque todas as outras intervenções de maior dimensão serão efectuadas de acordo com o Plano de Requalificação das Zonas Balneares em execução.

Quanto ao caminho das Figueiras Pretas e à consolidação dos muros, como lhe disse, mostrei a situação ao Sr. Bispo, penso que há um mês atrás, para que ele próprio tivesse noção do que se estava ali a passar. É claro que com estas chuvadas, a situação tornou-se ainda mais premente e de acordo com a informação de que dispomos, a igreja já procedeu à consulta de empresas locais para a consolidação daquela estrutura porque é propriedade privada.

Respondendo ao Sr. d.m. Luís Rendeiro, digo-lhe o seguinte: os resíduos são uma questão prioritária porque as bolsas de que dispomos estão a entrar em fase de esgotamento e como tal temos que decidir se investimos numa nova bolsa. De qualquer forma coloca-se em paralelo a solução definitiva desta questão que é a sua integração no plano a que fez referência.

Como também já fiz aqui alusão na última Assembleia Municipal, temos estado a trabalhar junto do Governo Regional e da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Ainda a

semana passada, eu e o Sr. vereador Cota Rodrigues reunimos com o Sr. vereador Paulo Messias e o Sr. Presidente da Câmara Roberto Monteiro, no sentido de, em conjunto, estudarmos a solução. Amanhã mesmo, as Câmaras Municipais de Angra e Praia terão uma reunião com o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar para, em função dos levantamentos que efectuámos em conjunto, tentarmos, agora sim, encontrar uma solução definitiva.

Também já efectuamos diligências junto de empresas privadas para que nos apresentassem propostas para esta questão. Depois o Sr. vereador Cota Rodrigues poderá entrar em detalhes sobre esta matéria.

Quanto à desratização, foram feitas diligências junto da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário e da Câmara Municipal da Praia da Vitória e neste momento a solução equacionada prevê a distinção do veneno entre Zona Urbana e Zona Rural porque o tipo de roedor também é diferente, carecendo por isso de um tratamento diferenciado. O veterinário municipal está, em conjunto com as outras entidades, a tratar desse Plano de Acção para que possamos ir um pouco mais além da simples distribuição do raticida pelas juntas de freguesia que, sendo útil, talvez se revele insuficiente.

Quanto aos ajustes directos, os que constam desta listagem têm o devido enquadramento legal e os valores que a lei determina. Para seu espanto, dou-lhe o exemplo das escolas da Ribeirinha e de Santa Bárbara, ambas por ajuste directo e de valor superior a 150.000€ (cento e cinquenta mil) euros. Uma no valor de três milhões e qualquer coisa e outra de quatro milhões, porque existe um regime de excepção em que isso é permitido. No ano 2009 o Governo da República e o Governo Regional entenderam que, dada a situação de constrangimento provocado pela crise financeira, seria útil dinamizar a realização de obras públicas e nesse sentido foi dada prioridade aos equipamentos escolares. Todos estes ajustes directos se inserem nesta política instituída nacional e regionalmente.”

O Sr. vereador Cota Rodrigues usou da palavra para alguns esclarecimentos adicionais, dizendo:

“Quanto aos resíduos, como sabem ou devem calcular, começam a ser um problema muito complicado de se resolver na ilha e nos Açores. Estamos a trabalhar com a Secretaria do Ambiente e contactámos uma série de empresas privadas que nos possam trazer algum *know-how* para a resolução dos problemas, eventualmente em parceria com eles.

Em cima da mesa estão mais ou menos quatro soluções. Uma seria a incineração dos resíduos. Essa solução é adoptada em várias regiões insulares por esse mundo fora, incluindo a ilha de *Man*, nas ilhas dinamarquesas etc. Algumas recomendações europeias apontam para elas. O grande problema que nós vemos, é a inexistência de escala suficiente para montarmos um incinerador.

Outra solução seria a liquefacção, portanto, transformar resíduos em etanol ou em compostos com valor combustível, que poderiam depois ser utilizados para a produção de electricidade. Esse processo ainda está em estudo e há ainda mais dois que se referem à compostagem. Um é a compostagem tradicional e o outro referente à vermicompostagem. O grande problema que daí advém é que os produtos da vermicompostagem e da compostagem não têm grande aceitação no mercado, enquanto na incineração e na liquefacção, temos um valor energético acrescentado, ou seja, durante o processo de incineração é produzida energia eléctrica e no processo de liquefacção é produzido combustível. Na compostagem, embora o produto final possa ser utilizado na nossa região, há muita dificuldade em utilizá-lo, já que temos excesso de matéria orgânica nos

nossos solos. Não há cá grande saída comercial e há também muita dificuldade de colocação no exterior. Estas são as grandes dificuldades com que nos debatemos.

Juntamente com a Praia Ambiente estamos neste momento em conversações com a Secretaria, porque são decisões que devem ser tomadas em conjunto, já que dizem respeito a toda a ilha Terceira.”

O Sr. d.m. Guilherme Melo referiu que a Sra. Presidente da Câmara se tinha esquecido de o esclarecer quanto aos mapas da execução orçamental nas despesas.

A Sra. Presidente da Câmara disse:

“Peço desculpa. Não tomei nota desta situação e depois esqueci-me de lhe dar a resposta.

Logo no início do ano há um conjunto de contratos relacionados com fornecimentos contínuos como: betão, inertes, combustíveis, que são cabimentados.

Há também uma grande fatia respeitante ao pessoal, no valor de cerca de 4.000.000€ (quatro milhões de euros). Para além disso, todos os contratos celebrados e ainda não completamente pagos e que têm a ver com estes ajustes ou outros, também são cabimentados.

Em termos de transição de compromissos confesso que não tenho aqui a informação sobre essa matéria, mas normalmente referem-se a dívidas a fornecedores dos últimos sessenta dias que transitam, porque o período de pagamento é de sessenta dias.

O grosso são os quatro milhões e qualquer coisa referentes às despesas com pessoal. Depois temos os contratos de fornecimento contínuo e tudo o que se refere a contratos das empreitadas em curso.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Gostaria de esclarecer que não critiquei o que está neste relatório. Apenas achei que havia aqui informações do ponto de vista político que deviam merecer outra atenção.

Já percebi também que a câmara pretende aqui transmitir a informação com outro grau de detalhe que pode até servir para o que o deputado Luís Rendeiro referia há pouco: podermos nós também ser um mecanismo de esclarecimento e apoio aos munícipes nalgumas informações que nos solicitem. Eu aceito esta leitura da informação da actividade municipal mas continuo a achar, que o peso da componente política está aqui demasiado esbatido em relação ao peso da componente técnica.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro disse:

“Vou acrescentar mais algumas questões relativas à desratização às quais a Sra. Presidente não respondeu.

Gostaria de saber o que é que vai mudar em termos de acção contra os ratos, porque me parece que o que está previsto neste momento é mudança para um novo tipo de veneno nas zonas urbanas, mas apenas na base da sua distribuição gratuita aos munícipes. Isso parece-me pouco. A distribuição de venenos a pessoas como todos nós, que muitas das vezes não estão preparadas para lidar com esses produtos, tem como consequência, uma acção ineficaz.

Proponho que seja criada uma equipa com os técnicos que a câmara dispõe ou que o serviço seja contratualizado a uma empresa privada. Seriam assim constituídas equipas

para que pudessem, elas próprias, desenvolver de modo integrado com a autarquia vizinha e com o Governo Regional, um combate às pragas mais eficaz do que o feito pelo município, que coloca o saquinho do trigo ou a pastilha de veneno dos ratos no buraco da parede de sua casa. Pode acontecer que uns façam e outros não. Há casas devolutas, há prédios de pessoas emigradas ou ausentes da Terceira e, portanto, enquanto não tivermos este tipo de acção mais integrada, menos empírica e mais técnica, julgo que dificilmente se conseguirá combater o problema.

Também não me respondeu se está de acordo ou não, quanto à disponibilização à Assembleia Municipal, no âmbito da informação acerca da actividade municipal, dos nomes das empresas a quem são adjudicados os serviços e das verbas de adjudicação.

Quanto ao que o Sr. vereador Cota Rodrigues nos disse acerca dos resíduos e do pouco interesse que os utilizadores dos produtos da compostagem e da vermicompostagem terão, o que restar do tratamento dos resíduos poderá ser circunstancial porque, em termos de mercado, temos visto uma oscilação enorme e em certas alturas com grande peso em termos de custos para as explorações agrícolas devido aos adubos e fertilizantes.

Se, como aconteceu acerca de dois anos atrás, estivermos perante um volume elevado de preços em termos dos adubos e fertilizantes, porque não sugerir aqui uma nova oportunidade para a utilização dos produtos da compostagem e também, como já foi referido na comunicação social pelo executivo camarário, das lamas da ETAR e outros produtos de tratamento de resíduos?

Poderá ser algo a explorar e a ter em conta em termos de motivação de utilização desta alternativa de fertilizantes, perante o elevadíssimo custo de adubos e fertilizantes que são comumente usados na agricultura.”

A Sra. Presidente da Câmara em resposta disse:

“O que disse a respeito da desratização foi que haverá diferenciação entre veneno a aplicar nos espaços urbanos e o que será administrado no espaço rural.

A distribuição do veneno ainda está a ser articulada entre os três serviços. Segundo a proposta que o nosso veterinário levou, e que me foi apresentada previamente, o ideal é que haja uma parte distribuída aos privados e outra que sejam as entidades públicas a fazer a sua aplicação.

Embora a partir do próximo mês tenhamos mais uma pessoa a trabalhar nesta área, é certo que não serão os veterinários a fazer esse trabalho. Em Angra pretendemos eventualmente envolver o Serviço Municipal de Protecção Civil e outras pessoas que possam colaborar nesta matéria e estamos a ver se as restantes entidades farão também o mesmo tipo de intervenção.

Quanto à questão que me coloca sobre os procedimentos e a contratação pública, confesso que se me perguntar nesta fase a quem foi adjudicada esta ou aquela empreitada, como são muitas, eu não tenho a noção. Sei a quem foram adjudicadas as empreitadas da escola da Ribeirinha e da escola de Santa Bárbara. Em relação às outras, não sei. Se todos os grupos municipais entendem que deve constar do relatório, é uma coisa; se o que está aqui é suficiente, é outra. Quero que percebam que é um relatório bastante exaustivo. São sessenta páginas trabalhadas pela autarquia.”

O Sr. vereador Cota Rodrigues disse:

“Falei nos três grandes processos: incineração, liquefacção e compostagem e todos eles têm vantagens e desvantagens.

Enquanto os dois primeiros são vantajosos em termos de produção energética, o da compostagem produz fertilizante. Tem vantagens ambientais em relação aos outros dois, mas também tem desvantagens. Ao obter-se esse produto da compostagem, há pouca aceitação no mercado e não é vantajoso porque as pessoas talvez não tenham grande apetência por ele, já que, como referi, os nossos solos são ricos em matéria orgânica. Eventualmente podia ser usado em soluções de ajardinamento.

Além disso, corre-se sempre o risco de, nesses produtos de compostagem, surgirem metais pesados. Essa compostagem exigiria um processo de selecção de plásticos e de papel dos resíduos não diferenciados, numa segunda triagem, para que só a matéria orgânica fosse sujeita à compostagem. Há pilhas e uma série de produtos com metais pesados praticamente impossíveis de controlar. Agravaríamos o problema, uma vez que estaríamos a meter metais pesados nos solos.

Necessitamos sobretudo de sódio e potássio e o material da compostagem não possui grandes quantidades desses elementos químicos. Pode pôr-se a questão em termos de exportação mas, pelas informações que me chegam, esse material não tem tido grande aceitação. Pode vir a ter no futuro, mas no momento, a aceitação é muito baixa.”

O Sr. d.m. Jorge Belerique dizendo que no mandato anterior tinham recomendado à Câmara para enveredar por uma situação destas, perguntou ao Sr. vereador se havia expectativas de quantas toneladas de composto seriam produzidas anualmente.

O Sr. vereador Cota Rodrigues respondeu:

“Temos estimativas claras sobre a matéria orgânica que entra no aterro e que pode ser sujeita a este processo de compostagem, mas não sabemos quantas toneladas.

Não queremos optar por soluções experimentais, mas sim uma solução que esteja já testada noutros sítios. Seria aqui aplicada uma solução já estudada por outros.

A vermicompostagem ainda está num nível muito experimental no nosso país. Existe uma Estação em Beja e outra em Braga, mas funcionam a nível experimental. Há Estações experimentais em funcionamento, mas não há nenhuma autarquia que se fie no processo para resolver o problema.

Não podemos andar aqui a tomar decisões em que a situação seja experimental e depois os resultados podem não ser favoráveis e nós investimos o dinheiro. Queremos aplicar uma metodologia já testada e devidamente validada.”

O Sr. d.m. Jorge Belerique disse:

“Eu percebo as dúvidas que a câmara possa ter em relação às suas opções. Em relação ao mercado da compostagem, seria importante saber que volume representaria, porque são imensas as toneladas de terra vegetal, de substratos e de turfas que entram anualmente no nosso mercado.

Como sabe, se os compostos forem melhorados, poderão ser os substitutos de muitas turfas e principalmente da terra vegetal. Cada vez mais, ao nível dos viveiristas, isso é um mercado potencial.”

O Sr. presidente da Mesa, esgotadas as intervenções, considerando a Informação constante do Ponto 1.1 apreciada, interrompeu os trabalhos para almoço, marcando o seu reinício para as 14H00, em ponto.

1.2 - 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, relativos a 2010, para apreciação nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual apresenta os seguintes valores:

- **Revisão ao Orçamento:**
 - **Receita – reforços:** € 341.972,30 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e dois euros e trinta cêntimos)
 - **Despesa – reforços:** € 341.972,30 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e dois euros e trinta cêntimos)
- **Revisão às Grandes Opções do Plano:**
 - **Reforços:** € 227.154,22 (duzentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e quatro euros e vinte e dois cêntimos).

A Sra. Presidente da Câmara na apresentação disse:

“Esta revisão tem essencialmente a ver com o aumento global da receita no valor de 341.972,30€ (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e dois euros e trinta cêntimos) e resulta da entrada de receita não prevista para 2010 relativa à comparticipação de juros e amortização dos financiamentos bancários para habitação social, da utilização de financiamento bancário do BANIF e também de uma componente pequenina de outras receitas de 3.500€ (três mi e quinhentos euros).

Em função desta entrada de receita não prevista, propomos essencialmente a despesa relativa a recursos humanos. Esta componente diz respeito à renovação de dez candidaturas do PROSA.

Temos também o reforço de encargos com instalações, a inclusão do plano de requalificação da zona balnear no valor de 25.000€ (vinte e cinco mil euros), mobiliário urbano para o Fanal no valor de 75.000€ (setenta e cinco mil euros), trabalhos de serralharia e sistema de rega, um reforço no valor de 18.000€ (dezoito mil euros) e 17.751€ (dezassete mil setecentos e cinquenta e um euros) relativos ao contrato do Caminho do Meio de S. Carlos.

Quanto às outras rubricas que sofrem reforços possíveis de ser feitos por via de uma alteração, resolvemos fazer uma única alteração ao orçamento e são aqui representadas como reforços ao nível da despesa.”

O Sr. d.m. Luís Carneiro dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara em jeito de pedido de esclarecimento, disse:

“Na parte da Segurança Social, no Regime Geral, há aqui um reforço de uma verba de 15.525.95€ (quinze mil quinhentos e vinte e cinco euros e noventa e cinco cêntimos). Isso não poderá ser resultante de novo pessoal admitido já que o reforço de verba para o

peçoal em qualquer outra situação se situa nos 4.078.00€ (quatro mil e setenta e oito euros)? Terá sido um erro de cálculo, daí que tenha que haver o reforço dessa rubrica?”

A Sra. Presidente da Câmara esclareceu:

“Diz respeito às dez candidaturas do PROSA.”

Não havendo mais intervenções, posta à votação, **a Revisão ao orçamento e às GOP constantes do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria** com 22 votos a favor (16 do PS, 5 do PSD, 1 do d.m. Independente) e 9 abstenções (6 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.3 – Ofício da Câmara Municipal remetendo a comunicação referente ao exercício de Actividades não Autárquicas do Vereador da Câmara Municipal Francisco Cota Rodrigues, datada de 9 de Fevereiro de 2010, para efeitos do no artigo 6.º, n.º 1 do Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 12/98, de 24 de Fevereiro.

O Sr. presidente da Mesa, não se registando qualquer intervenção, **considerou a Assembleia Municipal concededora do ofício constante do Ponto 1.3.**

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 - Recomendação à Câmara Municipal no sentido de ser rescindida a licença de utilização do posto de combustíveis situado no gaveto da Rua de São Pedro com a Avenida Tenente-Coronel José Agostinho; que as instalações lá existentes sejam completamente removidas, bem como que sejam encetadas diligências com vista ao reordenamento urbanístico daquele espaço, tendo em consideração o descongestionamento do tráfego automóvel em toda a área do Alto das Covas.

O Sr. d.m. **Guilherme Melo** dirigindo-se à Sra. Presidente da câmara, disse:

“Consta que os nossos vereadores do PSD tinham apresentado uma recomendação oral para o reordenamento daquela zona. Foi respondido que tinha dado entrada na Câmara um projecto de requalificação dessa mesma zona. Como perdi a oportunidade da apresentação dessa recomendação do PSD e segundo informação dos referidos vereadores, queria que a Sra. Presidente me informasse que tipo de projecto deu entrada e por quem foi apresentado.”

A Sra. presidente da Câmara em resposta disse:

“Foi em jeito de um pedido de esclarecimento que normalmente é colocado antes da ordem do dia e não como proposta de recomendação porque estas normalmente são feitas por escrito.

A pergunta terá sido relacionada com o futuro reservado àquele espaço, ao que eu respondi que se trata de um espaço privado da propriedade da família do Sr. Adalberto Martins alugado à empresa José Monjardino.

Aquele posto esteve em funcionamento até ao final do ano passado. Na altura, foi encerrado por precaução porque foram detectados no Registo Civil cheiros que indicavam uma eventual contaminação por via dos tanques daquele posto de abastecimento.

Foram feitas avaliações por vários peritos e concluiu-se que o cheiro não provinha daí. O posto foi encerrado e, desde logo, a empresa manifestou vontade de apresentar um projecto de requalificação daquela bomba de gasolina, já que ela não cumpria as novas exigências legais. Em Agosto do ano passado deu entrada na Câmara um projecto de licenciamento de um novo posto de abastecimento naquele local, que segue a sua tramitação interna, aguardando Parecer da Direcção Regional da Cultura.

Paralelamente a isto, a empresa também apresentou à Câmara Municipal um pedido de informação prévia, referente à construção e desafecção de uma área de cerca de 2.600 m² na Circular de Angra.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“O Encerramento de alguns postos de combustível no centro de Angra e nos Portões de S. Pedro deveu-se a alterações ao circuito de trânsito, outros foram encerrados por não cumprirem com o normativo legal em vigor. O licenciamento sendo autorizado, o que lá for instalado terá que cumprir com toda a legislação actual em vigor que obriga a sistemas que evitem a propagação fumos, cheiros ou vapores de combustível, tanques e sistemas novos que respeitem distâncias e normas de segurança mínimas.

Estando esse licenciamento em curso, queria também saber quais as consequências de uma recomendação desta natureza, do ponto de vista vinculativo, que impeçam o licenciamento.

Como já vimos aqui, não existe nenhum projecto urbanístico para aquele espaço. Haverá alguma vantagem em termos de circulação de trânsito, retirando aquilo dali?”

A Sra. Presidente da Câmara respondeu dizendo:

“Eu não sou propriamente a autora da proposta. A legislação determina um conjunto de requisitos ao licenciamento daquele tipo de equipamentos que até há uns anos atrás eram da competência da Direcção Regional da antiga Secretaria do Comércio Indústria e Energia. Essas competências foram transferidas para as autarquias há relativamente pouco tempo.

Essa mesma legislação abre um pouco a porta a uma avaliação discricionária do licenciador, em determinados aspectos, que dizem respeito à proximidade de habitações ou à sua inserção em determinados espaços. Há critérios objectivos que o projecto de licenciamento tem que cumprir. Como já referi, esta proposta está sujeita a parecer da Direcção Regional da Cultura.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes disse:

“Peço à Mesa que faça uma ligeiríssima correcção para que, no ponto 1, em vez de «concessão» seja mencionado «licença». «...que seja rescindida a licença de utilização...».

Apresentámos esta Recomendação pela seguinte razão: tratando-se de uma cidade pequena, classificada como Património da UNESCO, e sendo servida por inúmeros postos de combustíveis nas zonas não classificadas, não se percebe que dentro do núcleo central da Classificação Histórica ainda subsista uma bomba de gasolina.

Faço aqui uma declaração de interesses. Apesar de eu ter uma casa ali ao pé, a referida bomba nunca me incomodou absolutamente nada, antes pelo contrário. Dava-me jeito porque bastava deslizar o carro 5 metros e abastecia-o de combustível. Também nunca me senti incomodado pelos seus cheiros. Tinha ali gás e combustível para o meu carro, quando precisava. No entanto, devemos ter em conta que numa cidade classificada como a nossa e com uma superfície urbana relativamente reduzida, há postos de combustível a cerca de quilómetro e meio de distância, o que não é nada. Por isso não se entende que exista uma bomba de gasolina dentro da área classificada, agravada pelo facto de se ter instalado ali, embora posteriormente, o Registo Civil. É um sítio onde se fazem alguns contratos de casamento e é desagradável estar ali no meio daquela confusão toda.

Parece-me que se devia evitar novos licenciamentos de postos de combustíveis naquela área, até porque a empresa que detém essa licença, segundo informou a Sra. Presidente da Câmara, está na disposição de estabelecer uma bomba num outro local que lhe seja concedido.

Com esta nossa recomendação pretendemos que aquele posto de abastecimento seja dali removido e que seja concedido um espaço num outro sítio qualquer, fora da zona classificada de Angra.”

Não havendo mais intervenções, posta à votação a **Recomendação constante do ponto 2.1 foi aprovada por maioria** com 23 votos a favor (17 do PS, 5 do PSD, 1 do d.m. Independente) e 10 Abstenções (7 do PSD, 3 do CDS/PP).

2.2 – Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. comendador Adalberto Hélio de Sousa Martins.

Não se registando intervenções, posto à votação o **Voto de Pesar constante do Ponto 2.2 foi aprovado por unanimidade.**

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

3.1 - Proposta de criação, com o apoio da autarquia, de um grupo de teatro profissional em Angra.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves na apresentação da proposta disse:

“Propomos que se crie, no âmbito desta Assembleia Municipal, algum grupo de trabalho ou outra forma de estudarmos a viabilidade da constituição de um grupo de teatro profissional em Angra do Heroísmo.

Ainda hoje de manhã tivemos uma discussão de quase uma hora e meia à volta de aspectos de política cultural que têm a ver com a aquisição ou importação de serviços de cultura, expô-la, trabalhá-la e vendê-la cá, deixando um pouco de parte o apoio à produção local.

A Câmara de Angra já dá o apoio que pode à orquestra Angra Jazz, através da contratação de um maestro que vem cá mensal ou bimensalmente conduzir os ensaios. Apesar de não ser especialmente apreciador de Jazz, reconheço a sua importância.

Achamos que há outras actividades apoiadas muitas vezes pela Câmara que têm mais a ver com esta componente de importação do que propriamente a canalização de apoios à produção local.

Como já referiu o deputado Guilherme Melo, temos diversos grupos de teatro que têm actuado ao longo dos últimos anos mantendo uma dinâmica cultural em Angra. Devíamos aproveitar e potencializar isso.

Nós propomos que isto seja estudado em termos de viabilidade porque acarreta encargos e podemos até chegar à conclusão que esses encargos não compensariam semelhante aventura.

Apesar de toda a dinâmica e qualidade que a orquestra do Angra Jazz tem, por ser numerosa, por ter vinte pessoas, raramente tem tido a oportunidade de actuar fora da região e promover a nossa cultura angrense. É pena, porque tem qualidade, segundo peritos da área do Jazz, que não eu, que nem sou apreciador do Jazz.

A proposta difere um bocadinho do título original, na medida em que era demasiado taxativo, porque nós achamos que a imposição da criação seria algo demasiado arrogante e que, mais equilibrado, mais responsável seria estudar esta viabilidade porque não conseguimos consultar todos os grupos de teatro amador nem sondar todas as áreas ligadas a esta actividade, todos os intervenientes que gostaríamos de ter contactado em tempo útil para ter uma ideia mais concreta da aceitação por parte dos actuais grupos de teatro em relação a esta sugestão. Isto não é algo para ser feito à margem ou contra os grupos ou actividades que já existem. É algo que visava beneficiar, potenciar e aproveitar melhor esse património cultural que já temos no nosso concelho.”

O Sr. d.m. Guilherme Melo sobre a referida proposta disse:

“O Grupo Municipal do PSD está contra esta proposta, por várias razões. A criação e sustentação de um grupo de teatro profissional não é da competência do município. Compete sim, ao município, a participação e colaboração em actividades culturais, nomeadamente o apoio às filarmónicas, grupos folclóricos, grupos de teatro, sendo de referir que no concelho existem vários grupos amadores tais como o Pedra Mó e o Alpendre que são grupos com história e têm produzido peças de grande qualidade. Estão ainda a surgir outros como o grupo “Vila” da Vila de S. Sebastião e o Grupo de Teatro da “Associação Cultural do Porto Judeu”, que promovem o teatro dito popular.

Parece-nos que a criação de um grupo de teatro profissional viria sufocar os demais grupos amadores porque os colocaria logo à partida em grandes dificuldades, quer em termos de logística, quer financeiramente, pois sabemos o que custa pôr em cena uma peça de teatro.

Não é aconselhável a criação de um grupo profissional na nossa ilha, porque não temos capacidade para sustentar um grupo desta natureza.

Somos sim, a favor de apoio aos grupos de teatro amador, disponibilizando por exemplo o Teatro Angrense rotativamente aos grupos que estão em actividade. É uma solução que poderá ser experimentada.

Somos também a favor da promoção destes espectáculos para os idosos, para as crianças nas escolas, para que nelas possa também ser despertado o gosto pelo teatro.

Somos a favor de cursos e encontros que promovam novos conhecimentos e troca de experiências.

Somos defensores dos nossos grupos amadores a quem devemos tudo o que de bom se tem feito neste concelho. Já deram e continuam a dar provas da realização de teatro de qualidade e são autênticos viveiros de talentos no nosso concelho.”

O Sr. d.m. Francisco Barros, sobre a mesma proposta, disse:

“Ao contrário do Sr. deputado Nuno Melo Alves, eu sou um apaixonado pelo género musical do Jazz, o que me leva a dizer que, mesmo que Orquestra Angra Jazz fosse profissional, não seria um veículo da cultura angrense porque, salvo melhor opinião e o devido respeito, não conheço Jazz *made in* Angra do Heroísmo.

Por outro lado, subscrevo na íntegra o que foi dito pelo prezado colega Guilherme Melo.

Sendo a proposta proveniente do CDS-PP, suponho que as raízes não estão propriamente aí. Para além das companhias de teatro, bailado, ópera, etc., normalmente serem estatais, do tempo da saudosa União Soviética, etc., há pouquíssimos exemplos de companhias de teatro municipais ou sequer numa dimensão deste género. Portanto, isto poderá ter sido algum devaneio esquerdista por parte de quem apresentou esta proposta aqui na presença do líder regional do CDS. Estou a meter-me contigo!

Manda o bom senso, que num concelho com as dimensões e a pluralidade cultural como o nosso, o papel da autarquia seja o de promover políticas integradas de apoio, não só ao teatro, mas também à música, à pintura, às filarmónicas, às danças e bailinhos de carnaval, enfim, a todas as manifestações de cultura, sejam elas intrinsecamente angrenses ou não.

Recordo-me que neste último festival de teatro tive o grato prazer de assistir a algumas peças produzidas por grupos locais, nomeadamente «O retrato de Helena», se a memória não me falha, uma peça encenada pela agora nossa prezada colega Eduarda Borba que eu saúdo. É este tipo de actividades que a Câmara Municipal deve promover, apoiar, incentivar e dinamizar nas suas diferentes vertentes.

Não me oponho a que amanhã haja um grupo de actores ou encenadores que entendam encaminhar o teatro pela via da profissionalização. No entanto, não me parece que seja de modo algum a competência de um município avaliar a viabilidade económica de um projecto dessa natureza. São duas coisas completamente distintas.

Hoje temos o grupo de teatro profissional. Amanhã eu também posso querer uma filarmónica municipal profissional, umas festas de S. João profissionais, umas procissões do 13 de Maio profissionais, etc.

É importante percebermos a dimensão do mercado. Não foi esta bancada que, em mandatos anteriores até defendeu que muitas vezes ia dinheiro em excesso para a cultura, porque a cultura devia ser rentável.

Não compete de modo algum, em nosso entender, a esta assembleia estudar a mirífica hipótese da constituição de um grupo de teatro profissional.”

A Sra. Presidente da Câmara disse:

“As preocupações da Câmara Municipal estendem-se em dois níveis: em primeiro lugar, o apoio a grupos de teatro locais pela via financeira, mas também pela via da formação. Este ano pela primeira vez, durante a temporada de teatro, os grupos do continente que cá

se deslocarem vão, para além do espectáculo, dar formação aos grupos locais, mediante uma proposta apresentada a todos os grupos da ilha Terceira.

A segunda componente é a possibilidade dos grupos de teatro locais sediados no concelho, se poderem candidatar aos apoios da autarquia.

Por outro lado, esses mesmos grupos têm a possibilidade de participar na temporada de teatro, como já vem acontecendo ao longo dos últimos anos e todos têm manifestado interesse nesta matéria.

Paralelamente a isto, não coarctaremos a iniciativa dos grupos locais. Estou a lembrar-me do *Pedra Mó* que vai desenvolver um festival no norte da ilha e a temporada de teatro no concelho de Angra será interrompida enquanto esse festival decorrer no Raminho, Altares e Biscoitos.

Entendemos que devemos complementar a nossa actividade com a desenvolvida pelos grupos, sem nos sobrepormos, dando ênfase a todas as actividades culturais que desenvolvermos daqui em diante, permitindo também a formação daqueles que, ao longo dos anos, vêm contribuindo para o desenvolvimento da actividade cultural no nosso concelho.

Um último esclarecimento, em relação à alusão feita pelo Sr. deputado Nuno Melo Alves ao apoio da câmara municipal dado à Orquestra Angra Jazz. Penso que o Angra Jazz foi um dos festivais melhor concebidos em Angra, porque envolve a vertente espectáculo nos três dias habituais do festival e a vertente da formação dada aos músicos locais que compõem a dita orquestra.

O único apoio da Autarquia ao festival realizado anualmente e à formação dos músicos da Orquestra é de 20.000€ (vinte mil euros). Desde 2009, apoiamos também a deslocação de dois maestros à ilha Terceira.

Falou também na possibilidade desta orquestra se deslocar ao continente e isso parece-me relevante. Ela esteve recentemente na BTL e foi um momento de bastante interesse para a promoção do trabalho que aqui se faz. Já o ano passado a câmara de Angra e a Direcção Regional da Cultura disponibilizaram 20 passagens gratuitas para os músicos se deslocarem ao Teatro S. Luís, mas por incompatibilidade de agenda não foi possível efectuar essa deslocação. Está de novo prevista a deslocação da referida Orquestra em 2011, o que me parece muito interessante ao nível da promoção do trabalho que aqui se desenvolve e também como forma de motivação dos seus músicos.”

Terminadas as intervenções, posta à votação **a Proposta de criação de um grupo de teatro profissional constante do Ponto 3.1 foi rejeitada** com 34 votos contra (21 do PS, 12 do PSD, 1 do d.m. Independente) e 3 a favor do Grupo Municipal do CDS/PP.

3.2 - Recomendação à Câmara que crie um regulamento para as esplanadas contemplando regras de atribuição, localização e sobre a esplanada, materiais, segurança, estética, etc.

O Sr. d.m. José Borges na apresentação da recomendação disse:

“Estamos numa cidade património mundial onde apenas existe um regulamento de posturas que prevê a ocupação dos espaços. O que se vê nas ruas, são esplanadas sem qualquer tipo de estética nem segurança, quer para os peões quer para a circulação automóvel.

Penso que a Câmara está a elaborar um Plano de Pormenor. Com esta Recomendação, sugerimos que sejam incluídas nesse Plano algumas regras de segurança e estética no que respeita à instalação de esplanadas. Penso que com isso a cidade sairia mais valorizada.”

O Sr. d.m. Francisco Barros usou da palavra para comentar a referida recomendação, dizendo:

“Esta proposta de recomendação do CDS-PP tem todo o interesse e toda a pertinência. No entanto, tem um pequeno problema. No dia 23 de Fevereiro de 2007, o então deputado municipal António Félix Flores Rodrigues, apresentou uma proposta de teor semelhante que dizia o seguinte: «*Proposta à Câmara Municipal no sentido de ser regulamentada a atribuição de licenças de estabelecimentos comerciais*».

O Sr. deputado municipal Félix Rodrigues identificou, como bem visível por todos quantos circulam pela cidade, um conjunto de esplanadas com carácter de instalação permanente e sem qualquer utilidade, especialmente na época de inverno, algumas das quais, para além de sentido estético duvidoso, só serviam para atrapalhar o trânsito.

Depois do debate, chegou-se à conclusão que afinal já existia uma regulamentação e, pelo mesmo deputado, foi proposta a revisão da regulamentação do licenciamento das esplanadas. O voto foi aprovado, após o debate que se gerou na altura entre mim próprio, o deputado Aurélio da Fonseca e o deputado municipal Félix Rodrigues.

Foi aprovado por unanimidade com esta pequena alteração e, desde essa altura, a Câmara tem vindo a trabalhar na revisão e na actualização desse tal regulamento. Logo, esta proposta de recomendação, à qual nada temos a opor, é algo que já foi aqui debatido e aprovado.”

A Sra. Presidente da Câmara disse:

“É, de facto, uma preocupação de todos. Quando falamos em mobiliário urbano e em requalificação urbana, as esplanadas do Centro Histórico saltam logo à vista. Essa foi uma preocupação transmitida desde logo à vereadora Raquel.

Neste momento, estamos a trabalhar em conjunto com outras entidades, nomeadamente a APTG, que também têm jurisdição noutros locais onde nos interessa intervir, designadamente no Porto de Pipas.

Estamos neste momento a fazer o levantamento de algumas situações que queremos ver desde já aditadas à regulamentação que existe e definir regras relacionadas com a publicidade, que ficarão a constar do Regulamento de Publicidade a submeter a esta Assembleia.

Causa-me algum incómodo ver publicidade a marcas como a Olá, marcas de cerveja ou outras, inseridas e misturadas com o mobiliário urbano na Praça Velha, no Pátio da Alfândega e noutras ruas do Centro Histórico.

Digo-vos também que a Câmara vai optar por outro tipo de mobiliário urbano em determinados locais do Centro Histórico. Neste momento, a arquitecta estagiária está a fazer um levantamento do novo mobiliário urbano para colocar na Praça Velha. Queremos ser nós a adquiri-lo para que tenha determinadas condições.

Quanto aos outros, vamos definir as regras em conjunto com outras entidades.”

A Sra. d.m. Carla Bretão disse:

“Relativamente a este assunto e ao facto do Sr. deputado Francisco Barros ter referido que esta proposta já tinha vindo à Assembleia e que teria sido feita uma alteração, é verdade. Pude verificá-lo aqui no ponto da situação das recomendações. Também é certo que já lá vão quase três anos e esta recomendação nunca foi levada a efeito. Por isso, acho que faz todo o sentido trazê-la cá novamente, porque três anos é muito tempo. Sugeriria que o CDS-PP, eventualmente, pudesse colocar na recomendação «... *proceder rapidamente à revisão do regulamento que estava proposta anteriormente*» em vez de «...*proceder à elaboração do regulamento*».

Estas coisas não podem demorar tanto tempo. Achamos que esta Recomendação faz todo o sentido e por isso vamos votá-la favoravelmente.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Entendemos apresentar isto e vamos apresentar mais coisas que foram aprovadas no passado mas que não obtiveram conclusões. Em sessões futuras faremos uma análise do que está em curso, para que o assunto seja discutido outra vez.

A Sra. Presidente da Câmara deu aqui uma explicação que tem alguma lógica: que certas questões que nós gostaríamos de ver contempladas num regulamento único, vão estar dispersas por diversos regulamentos. Quanto a nós, a Câmara não está a tomar uma boa opção. Gostaríamos que fosse de outra forma, independentemente de haver alguma duplicação de esforços, já que foi dada por perdida a anterior proposta do CDS-PP e que está neste papel que nos chegou às mãos a seguir ao almoço. Consta como estando em curso, apesar de nós considerarmos que três anos é bastante tempo. Continuamos a achar que isto é pertinente.

Não são as esplanadas da Praça Velha ou do Pátio da Alfândega que têm mais complicações do ponto de vista de segurança. São as das diversas ruas e travessas. Essas são as que geram alguns problemas de segurança.

Se calhar, na altura, eu também tive alguma resistência a este plano de abertura de esplanadas que começou há 12 anos como forma de revitalizar o centro, mas hoje em dia toda a gente reconhece que sem elas a cidade estaria ainda mais vazia. É importante e faz parte da imagem de marca de Angra. Julgo que todos estes processos que a Câmara diz estar a estudar são relevantes e por isso, na nossa opinião, deviam estar enquadrados à parte.

Podemos seguir a sugestão da deputada Carla Bretão e pedir aqui maior celeridade no processo e a agregação do máximo de pontos possíveis, num único regulamento específico em relação às esplanadas, porque os outros regulamentos não deixam de ser importantes e válidos.

Não pretendíamos retirar a proposta, mas sim proceder a uma alteração no sentido de substituir a frase «...*não proceda à elaboração de um regulamento...*», por «...*que acelere o processo em curso de regulamentação para atribuição de esplanadas*”. Penso que um texto desta natureza salvaguardaria o facto de a Câmara não ter descartado a anterior proposta e estar a dar seguimento à mesma.”

A Sra. Presidente da Câmara em jeito de resposta disse:

“Vou deixar aqui uma informação que me parece útil para a deliberação que a Assembleia Municipal vai tomar: a maioria das regras que dizem respeito à questão que aqui colocou, estão vertidas em Decreto Legislativo Regional e Decreto Regulamentar que é seguido e acompanhado pela Direcção Regional da Cultura. Assim sendo, as

esplanadas que se encontram no centro da cidade estão devidamente regulamentadas em Decreto Legislativo Regional e Decreto Regulamentar Regional.

A Câmara Municipal pode tomar um conjunto de diligências quanto aos aspectos que eu referi, como a publicidade, e também no que toca às esplanadas que se encontram na via, podendo ou não autorizar a instalação de uma determinada esplanada, atendendo à sua dimensão.

Quanto à natureza dos materiais, isso já tem a ver com o Decreto Legislativo Regional e com o Decreto Regulamentar Regional.

Quanto ao mobiliário e publicidade, o regulamento virá à Assembleia Municipal de Abril para ser discutido.”

O Sr. d.m. João Santos disse querer acrescentar algo relativamente à intervenção do deputado Nuno Melo Alves.

“Para mim, essa intenção não faz muito sentido. Temos agora à nossa disposição um instrumento que em tempos não tínhamos e eu sugeri à Câmara Municipal num mandato anterior, a determinada altura, que em cada Assembleia Municipal se fizesse um ponto da situação de todas as recomendações que tinham sido entregues. Passe a imodéstia, uma iniciativa que na altura até mereceu os elogios de alguns deputados do Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia, tendo sido vista como um óptimo instrumento para irmos acompanhando os trabalhos.

Se temos um instrumento desses à nossa disposição, pelo menos de há quatro anos para cá, qual a necessidade de estarmos a entregar novas recomendações?

Não digo que o assunto não deva ser discutido, que o Sr. deputado Nuno Melo Alves não tenha razão nem que este assunto esteja a ser tratado com algum atraso. Agora, quando o Sr. deputado diz que irá ver atentamente tudo o que já foi ou não foi feito e que vão entregar novas recomendações, parece-me desnecessário, porque a recomendação está feita.

Trazer a uma próxima assembleia, mais uma, duas, três ou quatro recomendações que já deviam estar noutra fase e não estão, eu entendo perfeitamente. Quanto a fazer novas recomendações e depois enriquecer esta listagem para, em vez de 20 recomendações, termos temos 40, depois entregamos a terceira e de cada vez que a câmara cumprir uma, abatemos 3 porque aquilo já estava em triplicado, enfim, não estando a fazer chacota da proposta, acho que não faz sentido.

Penso que fará muito mais sentido, em cada Assembleia Municipal, vir aqui e dizer: «Sra. Presidente da Câmara, o que é que foi feito em relação a isto porque que é que não está resolvido?»

Dou-lhe razão em tudo o que disse, mas neste aspecto parece-me um pouco incoerente.”

O Sr. Presidente da Mesa perguntou por graça se o Sr. deputado Nuno Melo Alves queria dispor do instrumento do Sr. João Santos, se queria contrapor a intervenção do Sr. deputado João Santos.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves em resposta disse:

“Vou dispor do instrumento que resultou da interpelação do Sr. deputado João Santos.

Eu compreendo e terei em conta essa preocupação de não nos atulharmos com papéis, mas também chamo a atenção que temos aqui várias propostas. Focando apenas as do CDS, desde o célebre dia 23 Fevereiro de 2007, o Ofício desta Assembleia à Câmara Municipal, só a indicar o resultado da resolução. Nós até já abordámos isto em reuniões preparatórias para a Assembleia Municipal que têm a ver com a correcção que foi proposta pelo Prof. Félix Rodrigues referente ao estacionamento ao pé do liceu, onde bastava mudar um pouco a disposição das «espinhas». Passaram quase 4 anos e isso ainda não foi feito.

Quando achamos que o prazo razoável para a avaliação de determinados regulamentos ou execução de certas medidas e propostas está ultrapassado, se calhar, vamos apresentar outra, porque se não foi feito é porque não se quis fazer. Essa é talvez uma conclusão injusta, mas a mais correcta. Vamos repetir algumas das propostas, porque a sua não execução, para nós, prefigura uma recusa de o fazer.

No caso deste regulamento, o que se pretendia aqui era que além da alteração que tínhamos proposta em 2007, fossem agregadas estas diversas peças legislativas que a Sra. Presidente da Câmara aqui referiu, algumas da Assembleia Legislativa Regional, outras de posturas e directrizes municipais em relação ao regulamento da publicidade, em relação ao uso dos espaços públicos, etc.

Os Srs. talvez se recordem que há poucos anos houve duas ou três esplanadas cujas localizações, construções e edificações foram extremamente polémicas. Falo da esplanada do restaurante de um conhecido hotel e de uma aqui em cima em frente ao liceu.

Mantemos esta proposta no sentido de acelerar este processo, porque achamos importante e ajuda a clarificar aqui algumas coisas.”

O Sr. d.m. João Santos disse:

“Sr. deputado. Volto a dizer-lhe que concordo com essa situação. O que eu quis dizer, é que não é necessário trazer à discussão a esta casa uma iniciativa que o Sr. deputado, o seu Grupo Municipal ou qualquer outro, entenda que está fora de tempo. Nunca a Sra. Presidente da Câmara se recusou a assumir uma posição ou se escondeu atrás do que quer que fosse. Se o Sr. deputado lhe perguntar se esta é ou não é para fazer, ela vai-lhe dizer que a faz ou não a faz. Não deixa protelar no tempo, escondendo-se atrás da não resolução de uma recomendação.

Pergunta-se directamente à Sra. Presidente e ela no tempo que entender, responderá. O que havia de fazer está feito. A Assembleia recomendou e agora traz à discussão.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves contrapôs, dizendo:

“Eu não sei qual é o prazo de validade de uma proposta. Dois, três mandatos? Há propostas feitas quando eu estive cá da última vez, há quase doze anos, que não foram executadas. Não sei qual é a validade que isso tem. Não sei se a Câmara está vinculada a questões de mandatos anteriores. Isto é uma dúvida. Não estou a levantar questões nem a colocar um problema de lealdade da parte da câmara. Estou a fazer uma pergunta para a qual não sei a resposta. É algo para perguntar à DROAP? Não sei o que é considerado validade, se é alteração de legislação ou outra.

Fico satisfeito por ver que constam aqui muitas propostas do mandato anterior, quer dizer, que não caíram por não terem ainda sido executadas.”

A Sra. Presidente da Câmara disse:

“A respeito de cada uma das recomendações aqui apresentadas, a minha posição e a da Câmara sobre a matéria têm a ver com a nossa possibilidade de resolução mais rápida ou mais lenta da situação que é colocada.

Quanto ao estacionamento à volta da escola, é uma questão para responder à Assembleia. Por isso não vamos fazer novamente um levantamento exaustivo das propostas feitas à Câmara Municipal, já que esta tem uma resposta imediata e fácil. Está prevista a repavimentação daquela praça e serão acauteladas as situações de estacionamento após a asfaltagem. Já foi feita uma intervenção na praça, o levantamento dos canteiros e segue-se a intervenção, não só na rua da Guarita, como também naquela praça ali à volta. Posteriormente a sinalização horizontal será reposta, melhorando o que lá temos e tendo em consideração as recomendações da Assembleia Municipal.

Se me é permitido acrescentar, embora a discussão aqui se centre mais entre os grupos municipais, parece-me que o que é colocado aqui pelo deputado João Santos é pertinente. Eu faço por cumprir o que me é recomendado. A todo o tempo, quer seja no período antes da Ordem do Dia quer seja no debate do Relatório das Actividades Municipais, pode sempre ser solicitado o ponto de situação de cada uma das questões, para além do recurso que naturalmente cada um dos partidos tem, que são as reuniões de Câmara onde pode ser colocada qualquer questão.”

O Sr. d.m. Francisco Barros disse:

“Em termos de conteúdo, dos princípios, dos propósitos e objectivos da recomendação apresentada, nada temos a opor.

Para que não sejam feitas repetidamente recomendações de teor idêntico, já há um conjunto de mecanismos que permitem o controlo, o acompanhamento e o debate sobre o ponto de situação das mesmas, o grau de execução, o grau de compromisso, o que foi cumprido e o que está por cumprir.

Continuo a dizer que é redundante e acaba por ser um mau princípio, estarmos a aprovar algo que já foi aprovado por unanimidade e que nem sequer foi polémico quando foi discutido pela primeira vez. Agora obtivemos alguns esclarecimentos e vamos continuar atentos ao evoluir da situação e discuti-la no local próprio que é este, mas com os mecanismos adequados: período de Antes da Ordem do Dia, Actividades de Interesse Reconhecido, Relatório de Actividades de Interesse Municipal, etc. Dessa forma, não pelo conteúdo mas sim pelo modo, não podemos dar o nosso voto favorável.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Obtive a informação de que, por exemplo na Assembleia Legislativa Regional, propostas ou recomendações feitas a um executivo caem com a mudança de executivo e com mudança de Assembleia. Não sei se a mesma lógica se aplica aqui, mas faria todo o sentido porque os executivos também mudam, tal como mudam os Planos e Orçamentos às vezes a meio de mandatos por força de quedas ou mudança de governo. Assim sendo, mais sentido faria. Não se trata de uma duplicação, mas sim da recuperação de uma proposta que cessou de ter força legal.

Outra questão paralela a esta é se, apesar de deixar de ter força legal, continua a haver manifesto interesse da Câmara em cumprir com ela. Por analogia com o que se passa na Assembleia Legislativa Regional, deixaria de ter efeito.

Havendo essa analogia eu não tenho outro remédio senão manter isto tal e qual como está.”

Não havendo mais intervenções, posta à votação a **Recomendação constante do Ponto 3.2 foi rejeitada** com 21 votos contra (20 do PS, 1 do d.m. Independente), 15 votos a favor (12 do PSD, 3 do CDS/PP) e uma abstenção do PS.

O Sr. d.m. José Borges perguntou ao Sr. Presidente da Mesa se a outra proposta do deputado Félix Rodrigues de há três anos estava revogada, se acabou.

O Sr. Presidente da Mesa respondeu que não, pelo facto dos Srs. Deputados terem apresentado a proposta como fizeram e da Sra. Presidente da câmara ter assumido que a outra proposta estava em execução.

3.3 - Recomendação à CMAH para que isente as Festas tradicionais de algumas taxas constantes no Regulamento Aplicável.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves na apresentação da recomendação disse:

“Esta proposta é tão simples quanto o seu título. Na última sessão da Assembleia Municipal aprovámos um vasto regulamento de taxas referentes a diversas actividades, como a ocupação da via pública, fogo-de-artifício, foguetes e todo um conjunto de questões de segurança. Um regulamento muito extenso e complexo, citando as próprias palavras da Sra. Presidente da câmara, que deu bastante trabalho a elaborar e que se aplica, regra geral, às actividades que decorrem neste concelho.

Temos um conjunto de festas em que algumas delas recebem apoios públicos, que são feitas por teimosia, por gosto ou porque estão culturalmente enraizadas e sujeitas à cobrança de algumas destas taxas.

O que se pretende é que a Assembleia Municipal veja quais as taxas que são aplicadas, qual o valor e o encargo que isso representa e o saldo líquido desses apoios, porque eventualmente a Câmara também apoia financeiramente algumas ou todas estas festas.

Pretendemos também que veja qual é o impacto nas contas da Câmara Municipal porque não queremos fazer aqui propostas às cegas para depois estarem a assacar-nos, dizendo que estamos a prejudicar a actividade municipal ao reduzir as receitas da Câmara nisto ou naquilo. O que nós pretendemos é que esta Assembleia Municipal estude e proponha uma recomendação à Câmara neste sentido.

Podíamos ter chegado aqui com uma proposta no sentido de se isentar as taxas desta ou daquela festa e púnhamos o assunto à discussão. Optámos por não fazer isso porque estas tradições são antigas e não devem servir de arma de arremesso político para angariar popularidade junto dessas comissões de festas.

Pretendemos que haja um apoio e o tal acarinhamento que há pouco foi rejeitado por esta Assembleia, que foi a proposta de criação do grupo de teatro. Estas tradições, caro deputado Francisco Barros, são inteiramente nossas, ao contrário do jazz que é importado dos Estados Unidos e do Brasil.

Pretendemos que seja preparada uma proposta para apresentação e votação em Plenário dirigida à Câmara Municipal no sentido de isentar estas festas de algumas taxas municipais. Essa proposta deve exemplificar quais as festas que serão isentas, podendo ser usado um critério diferente do que é normalmente assumido como sendo as festas tradicionais, restringindo ou alargando mais.

Propomos que este trabalho da Assembleia Municipal esteja concluído a tempo desta proposta ser votada para que já surta efeito no Orçamento da Câmara Municipal para 2011.”

O Sr. d.m. Francisco Barros disse:

“Confesso que, talvez devido ao adiantado da hora, a explicação do Sr. deputado Nuno Melo Alves foi deveras confusa, mas admito que o mal seja meu e não do preponente. Pelo que eu percebi, devemos identificar quais as festas tradicionais que deviam ficar isentas, por sua vez tentar descobrir qual era o tipo de isenção, se era total ou parcial, que é preciso ver que algumas delas são acarinhadas com verbas, logo são apoiadas com dinheiros públicos, não percebi se nesses casos devem ficar isentas ou não e, ao fim e ao cabo, que devemos fazer um levantamento de não sei quantos meses e brincar com o *Excel* a fazer uma folha de cálculo do «*deve*» e do «*haver*» das taxas e licenças, etc.

Se a memória não me traiçoa, nós aprovámos na sessão de 18 de Dezembro, no Regulamento Municipal de Taxas, artigo 5º, (isenções e reduções) no seu ponto 1, o seguinte: «*A Câmara Municipal pode isentar no pagamento, no todo ou em parte, taxas devidas por empresas municipais do concelho, por pessoas colectivas, de direito público ou de utilidade pública, sessões privadas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e cooperativas, bem como a realização de actividades de demarcado interesse público, independentemente da natureza ou da respectiva entidade promotora.*»

O objectivo desta proposta está um pouco espelhado aqui. Se o CDS-PP entende que há um conjunto de festas que, pela sua natureza, fim, propósito, objectivo, a entidade que a promove ou patrocina deve ser isenta no todo ou em parte de taxas, pode apresentar essa proposta aqui. Agora, nomear uma comissão permanente ou comissão *ha doc* para isto, não nos parece que faça qualquer sentido.”

A Sra. Presidente da Câmara disse:

“Já foi criado um regulamento que estabelece quais as taxas, as possibilidades de isenção e atribui essa responsabilidade de isenção no todo ou em parte à Câmara Municipal.

Para além da referência feita ao artigo 5º e que o próprio preponente referenciou, acho que acabamos por cair no ridículo, regulando o regulamento.

Já deliberámos na última reunião de Câmara uma situação em que era pedida a isenção e a Câmara deliberou uma redução em 50%.

Acabamos de aprovar a regulamentação em Dezembro que contempla as possibilidades de isenções ou reduções. É um artigo com 4 números, bastante claro, que prevê, não só as isenções no caso das taxas, mas também o licenciamento na zona classificada. Baliza bem quais as possibilidades e em que casos é que a Câmara pode deliberar a isenção ou redução da taxa.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves voltou a usar da palavra, dizendo:

“É devido a esse número 5 do regulamento, que permite a isenção, que nós trazemos aqui esta proposta, porque o que se pretende é usá-la. O que nós estamos aqui a propor é que se faça isto de outra maneira. Se calhar foi ingenuidade nossa, queremos partilhar isto convosco. Na próxima sessão municipal chegaremos aqui e apresentaremos 3 ou 4 pontos daquele regulamento e recomendamos à Câmara que isente estas e aquelas festas destas ou daquelas taxas e, se calhar, complicamos demasiado. Nós não queremos mexer no regulamento. Está ao abrigo das competências da Câmara e das competências da Assembleia Municipal. Estamos a propor uma partilha dessa decisão, não só da apresentação de uma proposta do grupo do CDS-PP, mas uma partilha dessa decisão no âmbito de uma Assembleia Municipal, porque achamos que tudo o que se relaciona com festas envolve muito trabalho e um esforço notáveis de toda a gente.

Não são só as Sanjoaninas que merecem esse respeito, só porque têm um orçamento maior e uma cobertura mediática maior. Todas as outras festas são válidas e sobretudo as consideradas tradicionais, as nossas festas típicas.

Propomos que a Assembleia Municipal reflita e se pronuncie como um todo nesta matéria, mas podemos fazê-lo de outra maneira. É muito simples. Votam contra esta proposta, encantado da vida. Na próxima sessão da Assembleia Municipal apresentaremos à votação, as taxas que achamos que devem ser isentas. De uma forma ou de outra, resulta sempre bem. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Câmara em resposta, disse:

“O senhor tem que formular a proposta de forma correcta, mencionando que pretende que seja conferida uma alteração ao Regulamento Municipal de Taxas. Não o pode fazer de outra forma.

A Assembleia Municipal aprovou em Dezembro passado a competência da Câmara Municipal isentar ou reduzir taxas. Se agora pretende dizer que em determinadas situações ou circunstâncias a Câmara deve isentar ou reduzir em X por cento, deve fazê-lo por via de uma alteração ao Regulamento Municipal de Taxas.

As isenções, ou estão expressas em regulamento conforme estão, em que se confere essa competência à Câmara Municipal, ou terá de apresentar uma proposta de alteração ao regulamento, fazendo constar no respectivo artigo, uma lista específica de isenções.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Julgo que está a entender mal a nossa proposta. Não estamos a alterar nada do regulamento. A Assembleia Municipal a qualquer altura tem competência e capacidade para recomendar à Câmara o que entender, desde que dentro da legalidade, e uma das recomendações é que a Câmara gaste mais dinheiro aqui ou ali. Não pode fazer alterações ao orçamento, que não é legal.

O que se recomenda aqui é que, perante o que está disposto no regulamento, se use essa sua capacidade de isenção para beneficiar esta, aquela e aqueloutra. Isso é legal, não altera o regulamento em nada e simplesmente pede que a Câmara faça uso dele em determinadas circunstâncias. O Regulamento mantém-se. Prevê a possibilidade de isenção, mas não diz a quem deve ser dada isenção. O que eu estou a dizer é que essa isenção deve ser dada a A, B e C, obviamente em reunião de câmara. O que nós vamos fazer é recomendar à câmara que o faça, que é o que esta Assembleia Municipal faz. A Câmara é que decide, não somos nós.

Temos aqui o instrumento do deputado João Santos que tem recomendações feitas à Câmara. Posso ler uma: “P. S. – Providenciar a repavimentação da estrada CF-21 da Ribeira do Mouro, Estrada do Mato”. Está em curso ainda esta recomendação que data de 23-02-2007.

Há aqui um ofício feito à Secretaria Regional da Habitação para enviar a recomendação. A Câmara é que está a tomar as diligências dentro da lei e dos seus regulamentos.

O que nós queremos aqui é que continue a fazer isso, também em relação a este Regulamento de Taxas, propondo-lhe depois um conjunto de entidades ou festas a serem isentas ao abrigo do regulamento que já existe.”

O Sr. d.m. Francisco Barros disse:

“Oh Sr. deputado! Por mais voltas que dê, é obvio que a festa X, Y ou Z que é isenta no todo ou em parte, implica uma alteração ao regulamento. O Sr. tem tanta formação jurídica como eu, portanto não diga isso com essa certeza bíblica.

O N° 3 do artigo 5º, «...as isenções dependem da apresentação de requerimento juntamente com o pedido e não dispensam a emissão do alvará...», ou seja, isto é pedido caso a caso pelos interessados que dirigem o requerimento à Câmara. O que o Sr. quer dizer é outra coisa: que devia constar do regulamento que foi apresentado aqui em Dezembro e que o Sr. teve na altura toda a hipótese de apresentar as alterações que bem entendesse, como pode na próxima assembleia apresentar, proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas dizendo: «acrescente-se aí no artigo 5º isenções e redução, um nº 5 que diga que as festas tais, tais e tais estão isentas de pagamento de taxas no todo ou em parte». Isso é uma alteração ao regulamento e não o facto de o Sr. chegar aqui com uma lista telefónica e dizer: são estas. Os Srs. aprovem e agora obriguem a Câmara a aceitar.

Há um órgão próprio, também eleito e que tem tanta legitimidade como nós, que é o executivo da Câmara para deliberar sobre estas matérias. Nós aprovamos e temos capacidade para aprovar o regulamento em si e as taxas a apresentar. Não concordávamos com ela, apresentávamos uma proposta alternativa.

O Sr. traga aí as propostas que entender e nós faremos também delas aquilo que entendermos.”

O Sr. d.m. José Gabriel Silva usou da palavra, dizendo:

“Eu vou intervir a respeito da isenção das festas tradicionais. Conheço muitos dos deputados aqui presentes que já pertenceram a Comissões de Império. Se calhar o Sr. Dr. Nuno Melo Alves nunca pertenceu. Eu já pertenci e não quero pertencer mais.

Não é por causa da isenção das taxas que as festas dos impérios deixam de se realizar porque elas já estão isentas de várias taxas. Posso citar-lhe aqui uma que talvez também desconheça. A licença da matança do gado para distribuição, se for requerida pelas juntas de freguesia, não paga e não há freguesia nem império que não tenha, no mínimo, quatro dias de festa.

Acho que os orçamentos de cada império são mais que suficientes para realizarem as festas que quiserem, seja no âmbito económico-financeiro, no âmbito turístico, seja devido aos nossos emigrantes. Muitas vezes são os emigrantes que encarecem as festas do Espírito Santo nas nossas ilhas. Dão muita receita, mas por uma questão de rivalidade

ou, como disse na sua intervenção, por teimosia, por vezes prolongam-se essas mesmas festas. Por isso, não vejo necessidade nenhuma de isenção.

Lembro aquela situação em que se paga uma caução para obrigar à limpeza após as festas. Se a caução for retirada, mesmo pagando, não sei como irão ficar as ruas das nossas freguesias.”

O Sr. d.m. Domingos Cunha pediu que alguns dos presentes o esclarecessem sobre o que são festas tradicionais e quais as entidades ou os instrumentos capazes de as classificar como tal. Gostaria de perceber isso para me enquadrar na discussão.

Referiu que podia apresentar uma relação de festas e dizer: «eu considero que estas são festas tradicionais» e que qualquer outro deputado podia apresentar outra listagem e assim por diante. Disse ser necessário definir que entidades ou instrumentos permitem classificar as festas como sendo tradicionais ou não.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“É precisamente por essa razão que nós não chegamos aqui com uma folha A4, dizendo que são estas e aquelas, propondo que isto seja discutido e aprofundado no âmbito da Assembleia Municipal.”

Não havendo mais intervenções, posta à votação **a Recomendação constante do Ponto 3.3 foi rejeitada** com 21 votos contra (20 do PS, 1 do d.m. Independente), 3 votos a favor do grupo CDS/PP e 11 abstenções do PSD.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves, em declaração de voto, disse que, relativamente à proposta há pouco rejeitada, continuavam a considerar o assunto pertinente e útil, por isso iriam recorrer a outros meios possíveis dentro desta Assembleia Municipal para trazê-lo novamente noutras sessões.

3.4 – Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. comendador Adalberto Hélio de Sousa Martins.

Não se registando quaisquer intervenções, posto à votação **o Voto de Pesar constante do Ponto 3.4 foi aprovado por unanimidade**

3.5 – Voto de Pesar e de Solidariedade para com a tragédia ocorrida no dia 20 do corrente na Ilha da Madeira.

Sem que se registassem intervenções, posto à votação **O Voto constante do Ponto 3.5 foi aprovado por unanimidade**, seguindo-se um minuto de silêncio em memória das 42 vítimas.

4 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO:

4.1 – Proposta de alteração do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Não havendo intervenções, posta à votação a **Proposta de Alteração constante do Ponto 4.1 foi aprovada por unanimidade.**

5 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

5.1 – Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. comendador Adalberto Hélio de Sousa Martins.

Não se registando intervenções, posto à votação o **Voto de Pesar constante do Ponto 5.1 foi aprovado por unanimidade.**

5.2 – Recomendação ao Governo Regional dos Açores no sentido de ser mantido o processo de pagamento à Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos dos Açores (ERSARA) semelhante ao anteriormente existente.

A **Sra. d.m. Carla Bretão**, na apresentação do documento, disse:

“Queria solicitar à Mesa que, em vez de “Voto de Protesto”, o transformássemos em “Recomendação” porque achamos que seria mais adequado fazermos uma recomendação ao Governo Regional no sentido de alterar a lei que impôs este tipo de taxa. Farei um breve resumo da situação:

O governo regional dos Açores decidiu há pouco tempo criar uma entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos na região, com funções de regulação e orientação nos sectores de abastecimento de água e dos resíduos. Esta era uma competência do G.R. que até agora esteve omissa. Agora, ao criá-la, a nosso ver, cometeu uma pequena gafe, já que prevê também, e bem, que haja taxas de regulação ao nível do contributo para o financiamento desta entidade, mas faz com que essas taxas sejam de valores tão elevados que criarão grandes dificuldades aos municípios e aos açorianos, porque até agora era paga uma taxa que era aplicada por cada 1000 m³ de água facturados. Esta taxa de regulação que foi aprovada vai incidir não só sobre o montante de água facturado, mas também sobre as taxas de saneamento e todos os serviços acessórios das autarquias. Por exemplo, o município de Angra do Heroísmo que pagava uma taxa que rondava os 5.000€ (cinco mil euros), valores de 2008 e disponíveis pelo Serviço Regional de Estatística, passaria no mínimo a pagar um valor a rondar os 58.000€ (cinquenta e oito mil euros). Podemos avaliar a exorbitância desta taxa imposta há pouco mais de duas semanas com a aprovação deste decreto legislativo.

Solicitamos que a Assembleia Municipal recomende ao Governo Regional a alteração deste Decreto Legislativo para que as autarquias paguem apenas o que até agora pagavam à entidade nacional.”

O **Sr. d.m. Francisco Barros** no uso da palavra disse:

“Vou dar conta da importância deste Decreto Legislativo Regional, enquanto instrumento fundamental para a gestão da água e dos resíduos no futuro.

No decorrer do nosso debate aqui nesta Assembleia, percebeu-se, por questões levantadas até pelo Grupo Municipal do PSD, e em sessões anteriores por outros grupos municipais,

a necessidade de resolver a questão dos resíduos nesta ilha e particularmente no concelho de Angra no que respeita ao problema do aterro intermunicipal. Não podemos continuar eternamente a abrir bolsas, porque qualquer dia temos mais bolsas de aterro do que buracos no campo de golfe.

A forma como os resíduos serão decompostos, eliminados, seja por vermicompostagem, liquefacção ou incineração, pesando os prós e os contras de cada uma delas, parece fundamental, assim como é também importante haver uma gestão racional da água no todo regional. Recordo que a Organização Mundial de Saúde definiu a escassez de água como o principal problema do séc. XXI, podendo até pôr em causa a sobrevivência em muitas partes do globo.

Assim, parece-nos de toda a importância e de toda a pertinência esta iniciativa legislativa. O nosso objecto de recomendação, partilhando com o Grupo Municipal do PSD, é que a fórmula de cálculo, tendo sido alterada, poderá onerar um pouco mais os municípios da região em relação ao que pagavam até à data à entidade reguladora nacional.

A nossa proposta de recomendação é que se mantenha a forma de cálculo de pagamento da entidade regional, idêntica ao da entidade nacional. Suponho que será isto que poderá ficar em termos de recomendação por parte desta Assembleia e penso que é este também o objectivo do Grupo Municipal do PSD.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes disse:

“Tudo o que foi dito pela Sra. deputada Carla Bretão é verdade, só que há aqui uma omissão grave. A leitura que eu fiz do Decreto Legislativo Regional que já foi enviado pelo Sr. Representante da República para publicação no Diário da República, refere algo mais do que foi aqui dito. A taxa paga até à data pelos municípios a uma entidade do continente era apenas pela certificação das análises da água. A ERSARA vem fazer muito mais do que isso. Há outros serviços contemplados nas suas competências. Assim sendo, as taxas não podem ser iguais. Para serviços diferentes, taxas diferentes.

Por outro lado, na legislação que entrará em vigor, no artigo 6, alínea c, nº1, está aqui claro que a ERSARA pretende co-financiar os municípios no que respeita à gestão da água e dos resíduos.

Segundo o vosso Voto de Protesto, a única finalidade desta taxa era que o Governo Regional sustentasse uma entidade que estava a criar. Não é isso que está dito claramente na lei.

Num outro artigo prevê-se que possam existir contratos ARAAL entre a Secretaria que tutela a ERSARA e os municípios da região. É verdade que aumentaram as taxas, como a Sra. deputada disse. No entanto, é preciso ter em conta as restantes situações que acabei de mencionar.

Em relação, tanto à protecção da água natural como à solução dos resíduos, o Governo Regional propõe-se investir no nosso concelho em conjunto com o concelho da Praia da Vitória, uma quantidade substancial de dinheiro que não tem qualquer comparação com os 58 mil euros que a Câmara de Angra eventualmente venha a pagar de taxas a este serviço regulador.

Mais do que distribuir água, é fundamental manter a sua qualidade. Para isso e como já foi anunciado, o Governo Regional pretende proteger as nascentes. Por isso é que eu digo que estas taxas são relativas a serviços muito diferentes dos que as Câmaras até agora pagavam.

Pessoalmente, não vou votar a favor dessa recomendação porque me parece tremendamente injusto. Como já foi dito hoje nesta Assembleia por um deputado vosso, é o grande princípio do utilizador/pagador. Se queremos ter água de boa qualidade e uma gestão eficiente dos resíduos, alguém terá que pagar por isso. Terá que se repercutir em todos os municípios porque, nem as Câmaras nem o Governo arranjam dinheiro sem ser pela via dos impostos.”

A Sra. d.m. Carla Bretão em jeito de resposta disse:

“Este Decreto Legislativo Regional é, sem dúvida, importante. Ninguém o põe em causa. O que o Governo Regional pretende é aplicar uma taxa de 2% sobre a facturação total de água naquele ano, sobre as taxas de saneamento e sobre todos os serviços acessórios das Câmaras Municipais. Acho que esta taxa é absurda a vários níveis. Primeiro, porque é aplicada sobre a facturação de água, o que cria à partida uma discriminação entre municípios já que os tarifários da água não são iguais, havendo variações de concelho para concelho. Depois, aplica taxa sobre outras taxas já existentes, nomeadamente a taxa de saneamento. Por outro lado quer ir buscar também esse valor aos serviços que as câmaras municipais disponibilizam.

Se o Governo Regional quer co-financiar, orientar e regular, acho muito bem que o faça porque é da sua competência própria e até agora foi omissa; o que não pode, é dar com uma mão e tirar com a outra, porque no meio de tudo isto, são os municípios que saem prejudicados porque levam um grande baldão nos seus orçamentos.

O valor de 58 mil euros que eu mencionei refere-se apenas ao valor mínimo que o município de Angra irá pagar, valor esse que pode duplicar. Refiro-me a facturações de água de 2008 que estão disponibilizadas pelo Serviço Regional de Estatística.

Acho que esta Assembleia Municipal deve fazer essa recomendação. Se não concorda e acha que o Governo Regional terá que se financiar através das autarquias, está no seu direito. Eu não acho, nem o Grupo Municipal do PSD acha. Faz todo o sentido que se faça esta recomendação, para defendermos o nosso município e as famílias deste concelho.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Ficamos satisfeitos ao ver que os outros grupos municipais se aproximam das nossas posições, quando dizem que a água não deve ser encarecida. Temos sido coerentes com esse princípio, quer aqui, quer na Câmara.

Consideramos que os valores cobrados para a gestão de resíduos e da água já são bastante elevados. É evidente que tudo isto tem muitos encargos e o Dr. João Maria Mendes tem toda a razão quando diz que não há outra fonte de financiamento dos governos, senão os impostos. As opções onde gastar esses fundos dos impostos é que variam e nós ainda hoje de manhã perdemos várias horas a discutir os gastos de dois milhões de euros. Quem pede dinheiro aos contribuintes, tem que ter uma razão muito forte para o fazer.

Consideramos que nesta área já tem sido gasto bastante dinheiro, é preciso haver maior eficiência, maior racionalidade e se for necessário que o Governo tenha que desviar fundos de outras áreas para estas, deve-o fazer porque estas são de primordial importância.

Penso que é excessivo continuar repetidamente a pôr a carga fiscal em cima dos contribuintes ou das câmaras, que já são penalizadas pela não aplicação de certas parcelas

da lei das finanças locais, nomeadamente com a não transferência de receitas de 5% do IRS.

Não podemos também deixar de manifestar aqui a nossa preocupação e achamos que esta matéria merece uma apreciação desta Assembleia Municipal.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes disse:

“Mais uma vez gostaria de clarificar aqui uma situação apresentada pela Sra. deputada Carla Bretão, quando voltou a afirmar que o governo se pretende financiar junto das autarquias. Mais uma vez dá a impressão que a Sra. deputada não leu o Decreto Legislativo Regional, porque no artigo 22º, alínea d), está bem claro que uma das fontes de receita da ERSARA, são as dotações do Orçamento Regional que sejam inscritas a seu favor.

Também não é verdade que vá haver discrepâncias porque são taxas percentuais e como tal, se num município a água for mais cara, naturalmente vai pagar mais; se for mais barata, pagará menos.

Também não se percebe que haja municípios que continuem a fornecer água gratuitamente aos seus habitantes. Eu também gostava de ter água de graça em minha casa.

A água é um bem fundamental e as discussões internacionais para aí se dirigem, como sendo ela um factor estratégico e de segurança interna dos países. É necessário regulamentá-la e que a sua qualidade seja garantida.

Sabemos que há muitos municípios que fornecem água de graça, mas sem qualidade. Para que toda a população açoriana tenha a mesma qualidade da água, é preciso investimento e os municípios têm que colaborar com a sua parte porque eles é que são os fornecedores dessa mesma água.

É verdade que seria óptimo que a água não aumentasse, mas nós não podemos querer que por um lado esses serviços sejam prestados com a maior eficiência e por outro não se pague nada por eles. Há aqui uma contradição e a senhora que é economista sabe muito bem que isso não pode ser assim.

Do ponto de vista subjectivo e político, todo esse discurso é muito belo para apresentar às pessoas. É um discurso irrealista que leva ao laxismo e, se o governo caísse nesse populismo de não cobrar nada a ninguém, daqui a dias teríamos água de péssima qualidade igual à que alguns municípios dos Açores fornecem aos seus habitantes.

Volto a repetir que o Governo não se está a financiar nos municípios, artigo 22 da lei. É preciso ter muito em conta esses serviços de qualidade da água e da gestão dos resíduos. Por isso, mais uma vez digo que não concordo com essa recomendação.”

A Sra. d.m. Carla Bretão disse:

“Não estamos a dizer que não queremos que ninguém pague nada e reafirmamos a nossa recomendação: queremos que esta Assembleia Municipal se pronuncie no sentido de recomendar ao Governo Regional que mantenha o mesmo nível de montantes e taxas que eram pagas até agora pelos municípios em geral e mais especificamente pelo município de Angra do Heroísmo.”

Não havendo mais intervenções, posta à votação, a **Recomendação constante do ponto 5.2 foi aprovada por maioria** com 18 votos a favor (7 do PS, 11 do PSD) 2 votos contra do PS e 11 abstenções (9 do PS, 2 do CDS/PP).

5.3 - Recomendação no sentido de Assembleia Municipal se manifestar contra a posição assumida pelo Governo da República, desde Março de 2009, não transferindo para as autarquias açorianas as verbas correspondentes a 5% do IRS gerado no respectivo município.

A Sra. d.m. Carla Bretão, na apresentação da recomendação, disse:

“Esta nossa Recomendação tem por objectivo afirmar e mostrar uma posição desta Assembleia Municipal perante o Governo da República e o Governo Regional no sentido de que as verbas respeitantes ao município de Angra do Heroísmo para os anos de 2009 e 2010 sejam contempladas no Orçamento de Estado.

Uma breve história relativamente a esta situação: as autarquias dos Açores, como todos nós sabemos, são, perante a lei, iguais às do restante território nacional e por isso não podem ficar prejudicadas na sua relação financeira com o estado, pelo facto de sermos uma autonomia. Nesse sentido, todas as autarquias recebem uma comparticipação anual do estado para financiar as suas actividades.

No ano de 2007, a fórmula de cálculo dessa comparticipação foi alterada no sentido de autonomizar uma parcela que ficaria a corresponder a mais ou menos 5% do IRS gerado em cada concelho, dando assim o benefício também às autarquias de poderem retribuir um benefício fiscal aos seus munícipes.

O governo da República, a partir de Março de 2009, achou por bem cancelar parte desta comparticipação, dessa fórmula de cálculo, dizendo que, sendo esta receita própria da região, teria que ser financiada pelo Governo Regional. Ora, se os municípios são todos iguais perante a lei e têm todos direito a uma comparticipação do Estado, não faz sentido ter sido cancelada a transferência desta verba.

Nesse sentido, também o Governo Regional, em Dezembro do ano passado, referiu que a situação estaria resolvida e que os municípios açorianos iriam receber o valor a que teriam direito. Qual não foi o nosso espanto quando, no Orçamento de Estado para 2010, analisando-se o mapa das comparticipações aos vários municípios do país, se verificou que os municípios açorianos não têm contemplada esta tal parcela variável de IRS.

O Sr. ministro veio novamente com a argumentação que não teria nada a ver com isso, que não iria e posso a citar as suas palavras ditas na Assembleia da República: *«não venham pedir ao Governo da República que pegue no IRS dos portugueses do continente para levar às regiões, quando deve ser o IRS das regiões a suportar essa receita dos municípios. É isso que está na lei das finanças locais, é isso que nós estamos a cumprir e que continuaremos a cumprir»*. Ora, assim não é. A parcela a que o Sr. ministro se refere é apenas uma fórmula de cálculo. É apenas indicativa. Não é efectivamente o valor do IRS que é recebido e é isso que tem que ser tido em conta.

Achamos que esta Assembleia Municipal deverá recomendar à Câmara Municipal que, junto do Governo Regional e do Governo da República, faça pressão para que haja uma rectificação e estas verbas passem a constar do Orçamento de Estado.

Queremos mostrar descontentamento por esta situação, uma vez que nem os valores de 2009 nem os de 2010 foram contemplados no Orçamento de Estado, tendo o município de Angra do Heroísmo direito efectivo a este valor. É apenas isso que queremos.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves disse:

“Quando se fala em devolver dinheiro aos contribuintes, neste caso através das câmaras, ficamos sempre satisfeitos e podemos indicar já que, quando este dinheiro for devolvido ou inscrito para ser transitado para os municípios dos Açores, apresentaremos propostas para que estes 5% sejam também devolvidos aos munícipes angrenses.”

Não havendo mais intervenções, posta à votação a **Recomendação constante do ponto 5.3 foi aprovada por unanimidade.**

O Sr. presidente da Mesa sugeriu o dia 12 de Abril para a realização da próxima reunião da Assembleia Municipal, data a confirmar posteriormente junto dos grupos parlamentares.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, agradeceu às Sras. e Srs. deputados, à Sra. Presidente da Câmara e aos Srs. vereadores mais este bocadinho de trabalho a favor do município.

O Sr. d.m. Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações.

Posta à votação **A Minuta das Deliberações foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 16H47M, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redactor, 1º secretário da respectiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz